

VOZ OPERÁRIA

Nº 385 — RIO DE JANEIRO — 29 DE SETEMBRO DE 1956

DECLARAÇÃO DO PRESIDÍUM DO COMITÊ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
(NA 3ª PAG.)

Preço
Cr\$1,50

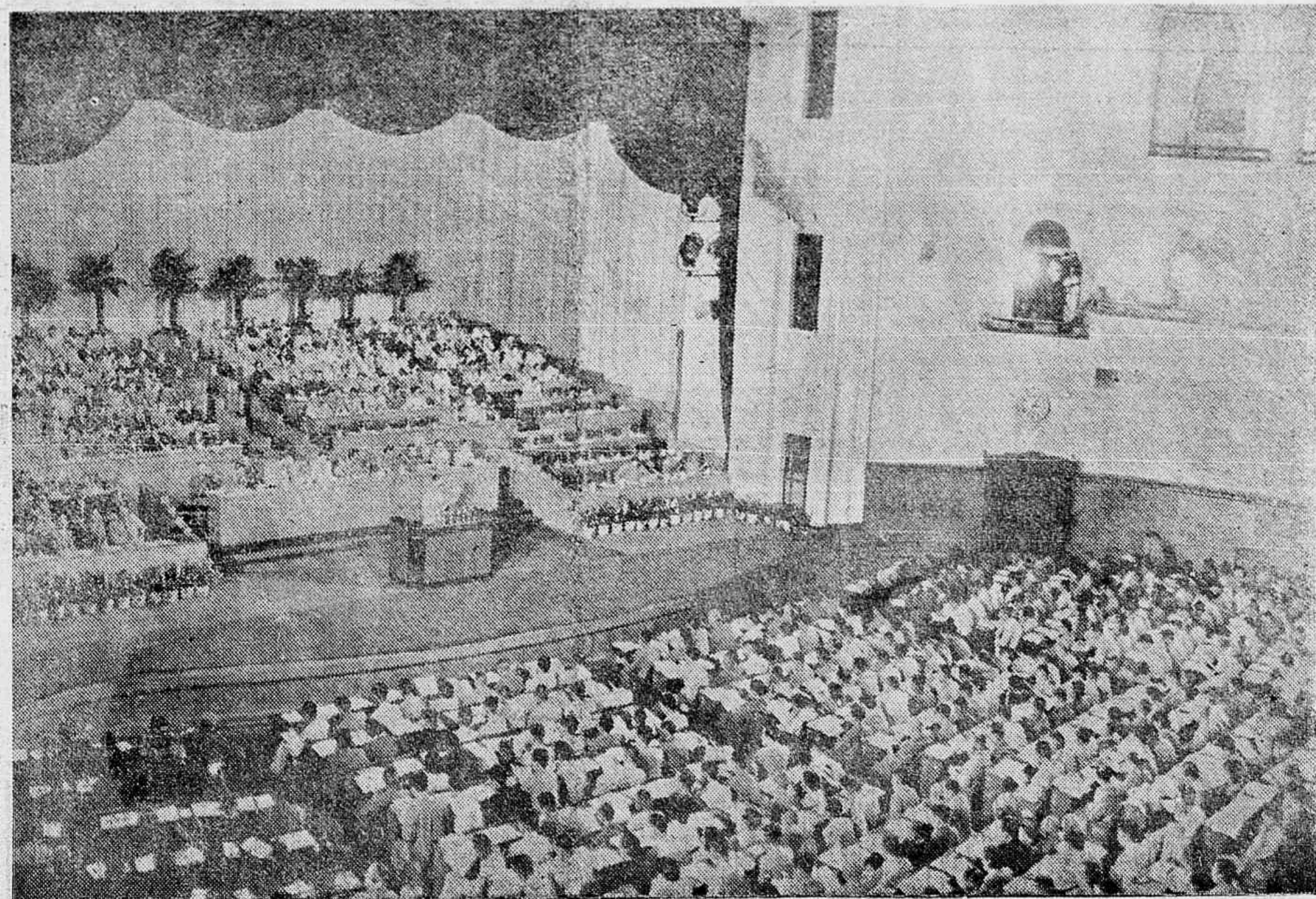
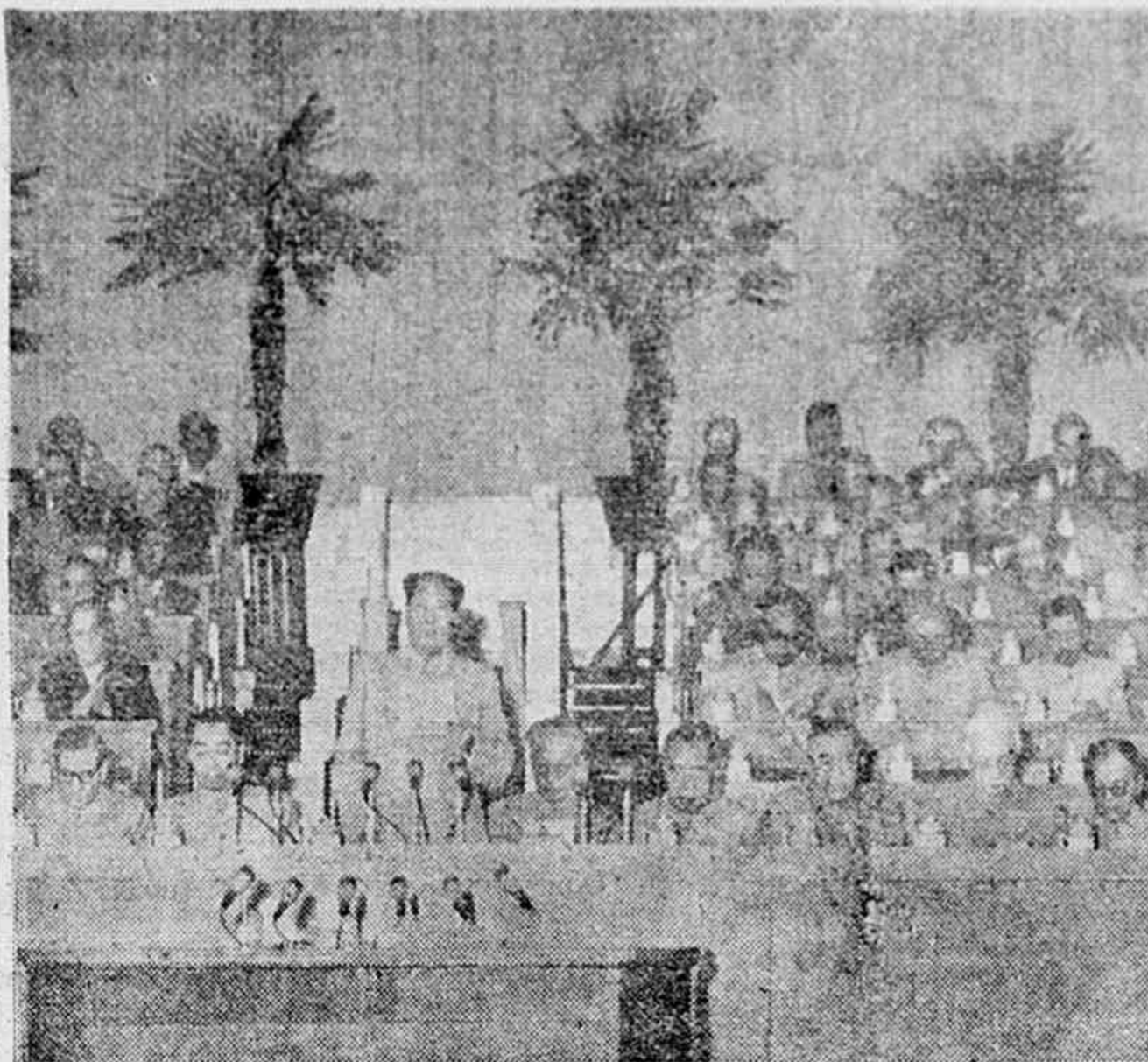
**TELEGRAMA
DE PRESTES,
EM NOME DO C.C.
DO P.C.B.
AO VIII CONGRESSO
DO P.C. CHINÊS**
(NA 3ª PAG.)

— ★ —

**EXCLUSIVIDADE
DO EXÉRCITO
PARA A
PROSPECÇÃO
DE MINERAIS
ATÔMICOS**
(NA 5ª PAG.)

— ★ —

**UNIFICAÇÃO
NACIONAL DO
FUNCIONALISMO
NA LUTA
PELA RECLAS-
SIFICAÇÃO**
(NA 9ª PAG.)



★
O VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, que é um importante acontecimento político, ainda está se realizando em Pequim e já pôde o nosso jornal, num esforço pela melhoria dos seus serviços, publicar pela primeira vez em toda a imprensa brasileira um documentário fotográfico dessa reunião a que comparecem representantes do movimento operário, socialista e comunista de todos os países. NAS FOTOS, o Presidente Mao Tsé Tung, quando abria os trabalhos do Congresso e um aspecto da mesa e do plenário, quando falava o Secretário-Geral do P. C. Chinês, Liu Shao-chi, que apresentou o informe político (Agência SIN-HUA).
★

O Que Está em Jôgo Com o Projeto Contra a Imprensa

CHEGOU à Câmara, procedente do Ministério da Justiça, o projeto de lei contra a imprensa. Vacilando sob pressão de círculos reacionários, e se Juscelino Kubitschek encampa o maustrongo, jogando o peso de sua autoridade de Presidente da República em favor de uma aventura liberticida de resultados imprevisíveis para a sorte da legalidade constitucional.

TORNA-SE, por isso, mais séria e concreta a ameaça de estrangulamento da liberdade de imprensa. O projeto saldo do Ministério da Justiça não pretende, como se diz, a contenção das provocações golpistas em que se especializaram certos jornais. Pretende, na realidade, colocar toda a imprensa sob o controle e ao sabor de antipatias políticas e ideológicas de autoridades policiais e detentores eventuais do Poder. E não poderia ser de outro modo: ou se mantém para todos a liberdade de opinião e de crítica, ou se suprime esta liberdade quando se procura limitá-las para alguns. E neste caso começa-se a suprimir todas as franquias constitucionais.

SÓ os inimigos das liberdades, os que tramam apoio ao país aquêle «regime de exceções» frustrado pelo movimento de 11 de novembro, se beneficiam desse pretendido arrolhamento da imprensa. Nenhum poder, legítimo, nenhum setor governamental que deseje e necessite se aproximar do povo será fortalecido com jornais, revistas e rádios sujeitos ao arbítrio e a discriminações odiosas, e com a Constituição violada. Semelhante clima, ele, sim, é que alimentará as perturbações da ordem pública, desnoiteando as correntes de opinião e entregando as às manobras de empedernidos agentes das corporações norte-americanas que pretendem um retrocesso de democrático em nossa Pátria.

É desfrutando das liberdades constitucionais, entre elas a de imprensa, que as forças do povo e as forças democráticas do próprio governo inutilizarão, facilmente, as maquinações de caráter reacionário e fascizante, das quais as pasquinadas de um Carlos Lacerda e as duplicitades de um Nereu Ramos, são simples indícios.

OS democratas de fora e de dentro do governo, todas as correntes interessadas na preservação e cumprimento das franquias constitucionais precisam compreender, claramente, que em torno da liberdade de imprensa se trava uma luta cujo resultado influenciará em todo o desenvolvimento ulterior da situação política nacional.

FOI em torno das liberdades que se aniram e venceram as poderosas forças que, em 11 de novembro, se opunham à implantação de um regime de ilegalidades e opressão. Os que tentam, agora, cindir esta frente, atingindo uma das liberdades fundamentais — a de imprensa — abrem de fato caminho à «revanche» dos liberticidas que desejam anular as conquistas democráticas. E isto não pode nem deve ser permitido.

Preparado o Egito Para Resistir ao Bloqueio Econômico

Paralelamente às ameaças militares, as potências imperialistas ocidentais realizam planos de bloqueio econômico ao Egito, visando a derrotá-lo no plano econômico. Nessa ordem de medidas inscreve-se o plano americano de desviar a rota dos petroleiros para o Cabo da Boa Esperança, privando, assim, o Governo do Cairo dos fundos oriundos da cobrança de taxas de passagem. Dessa forma os próprios círculos financeiros an-

glo-franco-americano são os primeiros a desmentir suas afirmações iniciais, segundo as quais o Canal seria de importância secundária para a economia egípcia.

SUEZ, ROTA DO MUNDO

Como se sabe, a capacidade de carga (jaugue nette) serve de base à cobrança dos direitos de passagem aos navios estrangeiros, independentemente da carga que eles transpor-

tam (critério que, aliás, favorece sensivelmente os países industriais e o transporte de mercadorias valiosas como petróleo). Alguns advogados de grandes trustes norte-americanos apregoam que o boicote econômico seria o caminho mais fácil para submeter o Egito, aplicando, nas novas circunstâncias, um plano semelhante ao que os britânicos executaram contra o Irã. Na realidade, esse esquema Dulles não é fácil de ser posto em

prática, pelo aumento de tonelagem que exigiria para o transporte de cargas equivalentes, a fim de compensar o aumento da rota exigido pelo contorno do litoral africano e, também, porque fere com muita profundidade os interesses de outros países que não o Egito. De fato, a alternativa oferecida por Dulles favorece apenas os próprios trustes petrolíferos norte-americanos que poderão avançar com mais firmeza sobre os mercados de consumo europeus e, ainda por cima, abrir caminho a novos financiamentos lucrativos de seus bancos no mercado europeu.

1954	91
1955	96
1956 (1.º semestre)	53

A utilização dessas rendas pelo próprio Egito e, principalmente, o aumento delas graças ao crescente movimento do tráfego, preocupa os imperialistas que, ao mesmo tempo, se vêem privados de uma permanente fonte de lucros.

DIVERGÊNCIAS INTER-CAPITALISTAS

Não lhes é fácil, porém, chegar a acôrdo sobre os meios a realizar, em decorrência das próprias características do tráfico. Os principais compradores de petróleo do Golfo Pérsico têm sido a Grã-Bretanha, França, Holanda, Itália, Estados Unidos, Bélgica e Suécia e, com exceção dos americanos, os demais não poderiam abrir mão com facilidade da passagem pelo Canal. E não é apenas isto. Permanecem, ainda, as questões do comércio com o Oriente (Índia, Paquistão, etc.) que estaria muito prejudicado com a adoção de qualquer nova rota. Basta lembrar que a Índia, por exemplo, realiza mais de 70% de seu comércio por aquela rota. Eis aí uma das causas das dificuldades cada vez maiores que tem as grandes potências para impor a outros Estados a «Associação dos Usuários», verificando-se, também, porque França e Grã-Bretanha assumiram uma atitude mais agressiva que os Estados Unidos nesta questão capital. Pesam, além disso, evidentemente, os interesses financeiros diretos daqueles dois países nas rendas da companhia e os velhos compromissos imperialistas que assumiram.

(para o refino há estabelecimentos que funcionam em Alexandria e uma refinaria em construção no Cairo). A própria indústria leve é ainda fraca (inclusive devido à exiguidade da indústria pesada) salientando-se sobretudo no que se refere à indústria têxtil, alimentar, tabaco, couro e açúcar. As exportações do país são principalmente de produtos agrícolas — figurando o algodão com 78%. Projetam, assim, certos grupos, desferir sobre essa mercadoria um golpe profundo, pois a unilateralidade dessa exportação é uma debilidade.

O boicote do algodão egípcio não seria, porém, fácil, pois seu produto (fibra longa) é de alta qualidade e para ele estão aparelhados milhares e milhares de máquinas da Europa ocidental, sobretudo da Grã-Bretanha. Entretanto, a diversificação dos mercados constitui um reforço ponderável para o Egito. Segundo dados estatísticos fidedignos, a percentagem de exportações egípcias de algodão distribuiu-se em 1955, da seguinte forma: Estados Unidos, Grã-Bretanha e França: 21%; União Soviética e democracias populares: 21,3%.

Dessa maneira, em matéria de exportação, o Egito deixou de estar à mercê de seus antigos compradores ocidentais.

Nas importações o quadro é o seguinte: os principais países capitalistas desfrutam de uma situação predominante (35%) e a União Soviética e as democracias populares não ocupam mais de 7%. Entretanto, o incremento das exportações egípcias para os países socialistas tende a encontrar correspondência em um aumento das importações daquelas fontes, a fim de que se equilibre a balança comercial. Por outro lado, a maior parte da produção ocidental é constituída de artigos de luxo (automóveis, geladeiras, etc.). Além disso, um boicote das grandes potências não significaria absolutamente que os demais países capitalistas as acompanhassem: além dos mercados socialistas, o Egito poderia contar com fontes fornecedoras no próprio mercado capitalista. Vê-se, assim, que são muito pequenas as possibilidades de os imperialistas lograrem qualquer êxito em suas medidas de represália econômica. No fundo, para empenhar-se na guerra econômica, os imperialistas não encontram menores dificuldades que para o desencadeamento de operações militares.

EDGARD FAURE NA U. R. S. S.



Edgard Faure, ex-primeiro ministro da França e atual deputado à Assembléia Nacional encontra-se em visita à URSS. O estadista francês aparece na foto ao ser recebido pelo Presidente do Soviet Supremo da República Socialista Soviética da Armênia, A. E. Kotchian (TASS).

TRANSITO CRESCENTE

Os cálculos do tráfico do Canal de Suez, baseados inicialmente em uma cifra de 3 milhões de toneladas líquidas para exequibilidade das operações, alcançou proporções imensas. Dos 3 milhões alcançados em 1880, passou a quase 10 milhões em 1900, a 32 milhões em 1946 e, agora, dez anos depois, representou, no primeiro semestre, mais de 64 milhões de toneladas, das quais 67 por cento relativas a carga de produtos de petróleo.

As rendas do Canal, assim se expressam nos últimos anos:

Ano	Milhões de dólares
1949	68
1950	80
1951	78
1952	80
1953	86

crônica internacional Os Apelos ao Conselho de Segurança

Finalmente o Conselho de Segurança da ONU inscreveu para debate a questão de Suez para sua reunião de 26 de setembro. Há dois pontos: 1) o que foi levantado pela Grã-Bretanha e França, intitulado "Situação criada pela ação unilateral do governo egípcio pondo fim ao sistema de administração internacional de Suez, sistema confirmado e completado pela convenção de Constantinopla de 1888" e, 2) o anteriormente apresentado pelo Egito e que tem por título "Medidas que certas potências, principalmente a França e a Grã-Bretanha tomaram contra o Egito e que põem em perigo a paz e a segurança e constituem graves violações da Carta das Nações Unidas".

A decisão anglo-francesa de recorrer ao Conselho tem, no momento, rara importância. Significa a exploração, embora tímida, das possibilidades de solução negociada, e mais um recuo da política de força, após o fracasso inicial das tentativas de dar corpo à Associação dos Usuários. Já dissemos, anteriormente, que a atuação do Conselho se tornara essencial, em vista da mingua de recursos atuais para negociações diretas produtivas. É de notar que essa atitude da Grã-Bretanha e da França também encerra um aspecto propagandístico: após a queixa do Egito que poderia ser inscrita a qualquer momento, seria mais conveniente, em certa medida, provocar o assunto com uma moção própria; demais, isso não deixa de enquadrar-se na técnica dos próprios candidatos a agressor de simular desejo de negociações.

Quanto à queixa egípcia, baseia-se nas ameaças concretas de emprego de força e que se tornaram evidentes nas declarações e nos atos dos estadistas ocidentais, sobretudo em Londres e Paris, e no bloqueio de seus fundos em bancos ocidentais. O Cairo recorreu ao único organismo habilitado, desde já, a determinar o não emprego da força, evitando o surgimento de uma situação incontrolável ou de controle difícil.

O tom em que se travarem os debates dará a medida das possibilidades reais do Conselho. Desde logo, o direito de veto (regra

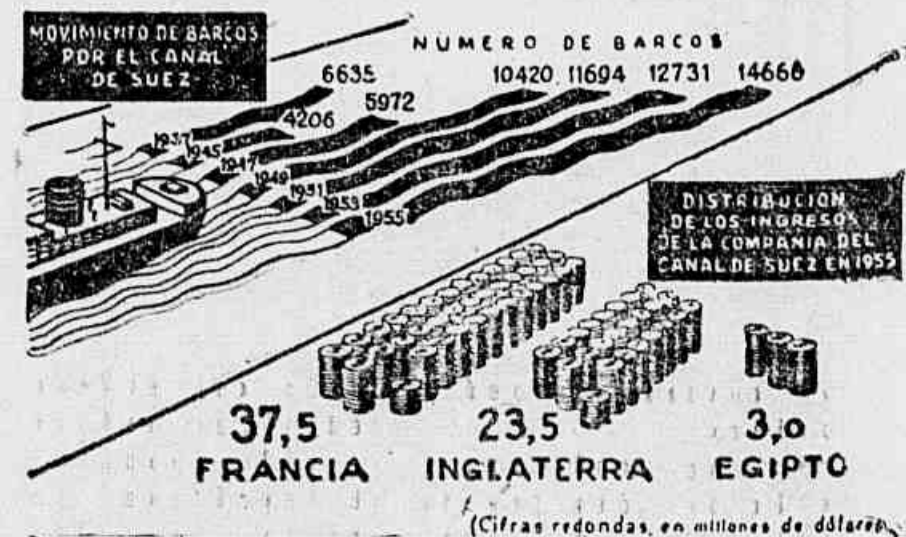
de unanimidade, se utilizarmos o termo técnico) impossibilita que o Conselho venha a condenar frontalmente quer a atitude do Egito (o que não se coadunaria com a própria Carta), quer a Inglaterra e a França (o que significaria uma derrubada de pontes ainda de pé).

A proposta indiana, recusada em Londres, poderá, agora, fazer seu caminho, pois permite, pelo sistema da assessoria administrativa à Companhia egípcia, dar aos ocidentais uma fórmula de "salvar a cara" em face da nacionalização, sem ferir o direito soberano do Egito sobre um canal de sua propriedade. A hipótese estúpida de uma guerra em torno de Suez torna-se cada vez mais inviável. Essa a principal característica da entrada em cena do Conselho de Segurança. Restará, ainda, um longo caminho a percorrer, evitado de perigos, e os contactos paralelos terão um grande papel a desempenhar nesse período.

Os partidários mais exaltados de um desenlace bélico da crise de Suez sempre recusaram a atuação da ONU e buscaram abrir um caminho próprio fora da entidade internacional. Ainda no dia 25, véspera da apresentação da moção anglo-francesa, o primeiro-ministro da Austrália, sr. Menzies, afirmava que o recurso à ONU não seria profícuo e que era necessário manter o "senso de direção e conservar o ímpeto". Vê-se daí que a nova atitude franco-britânica decorre, em parte, da derrota interna, nos respectivos países, dos grandes partidários da agressão. O Partido Trabalhista Britânico, por exemplo, manifestou-se favorável a uma gestão desse tipo nos debates dos Comuns. Nada autoriza supor que a Associação dos Usuários, por exemplo, seja arquivada de pronto ou que a tensão se reduza em poucos dias ou semanas. Mas a solução pacífica que já estava vitoriosa no espírito dos povos afirma sua necessidade e viabilidade. Nosso Governo, que alegou aguardar os debates da ONU para tomar posição no caso de Suez, tem agora a oportunidade de cumprir o dever que lhe designam os interesses brasileiros: o de apoiar uma solução pacífica da crise, com base no respeito à soberania do Egito e aos interesses gerais da colaboração internacional.

COMÉRCIO EXTERIOR DO EGITO

As condições semi-coloniais do Egito o expõem a algumas medidas de represália econômica anglo-franco-americanas ou, para falar com maior precisão, torna-lo iam vulnerável se não existisse no mundo de hoje a possibilidade de recorrer a outros mercados. A rigor, não há indústria pesada no país, pois ainda está em construção a usina metalúrgica de Helwan. A extração de petróleo é muito baixa



DECLARAÇÃO DO PRESIDÍUM DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

O Presidium do C.C. do P.C.B. lançou a seguinte declaração:

O Presidium do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil congratula-se com o povo brasileiro pela decisão do governo, tomada através do Conselho de Segurança Nacional, em defesa dos interesses nacionais no terreno da exploração e utilização dos minérios radioativos. A suspensão da exportação de tório e outros minerais raros e a denúncia do denominado "acordo atômico" com o governo dos Estados Unidos é um ato patriótico que merece o aplauso entusiástico das amplas e poderosas forças que lutam em nosso país em defesa da soberania nacional, contra os tratados lesivos aos interesses nacionais, por uma política externa independente e pelo progresso do Brasil.

O Partido Comunista do Brasil aplaude sem restrições o ato governamental em que vê um passo importante e corajoso no sentido da realização de uma política externa livre da nefasta influência dos monopólios norte-americanos e do governo dos Estados Unidos, política externa há muito reclamada por todos os patriotas e pelos supremos interesses do Brasil.

Mais do que nunca é indispensável a mais ampla e sólida união de todos os patriotas. Só assim será possível garantir na prática a realização da política traçada pelo governo no terreno da energia atômica e consolidar esta vitória do povo sobre o opressor estrangeiro e seus agentes em nosso país. Estes defenderão com unhas e dentes seus interesses egoístas e por meio da pressão econômica e política tudo farão para obrigar o governo a um recuo, ao mesmo tempo que intensificarão suas manobras no sentido de explorar o descontentamento popular, de tentar enganar as massas e desencadear um golpe reacionário, através do qual possam instaurar no país uma ditadura terrorista a serviço dos monopólios norte-americanos. Não será fácil aos generais e monopolistas norte-americanos realizar no Brasil o que conseguiram fazer em 1954 na Guatemala, mas contra semelhante ameaça é indispensável que o povo brasileiro se mantenha unido e vigilante. Só as forças patrióticas unidas poderão enfrentar vitoriosamente quaisquer tentativas reacionárias dos agentes norte-americanos em nosso país, os quais ainda ocupam postos importantes no aparelho do Estado e participam inclusive do atual governo. Mas, certo é também que do governo participam patriotas que, com o apoio do povo, obliteraram a aprovação do ato do Conselho de Segurança Nacional sobre a energia atômica.

Em face das novas condições criadas com o crescente fortalecimento das correntes que aspiram à plena democracia e lutam em defesa da soberania nacional, é indispensável reforçar os setores patrióticos que participam do atual governo e a eles assegurar o mais amplo e poderoso apoio de massas. Isto exige que as liberdades democráticas, asseguradas pela Constituição, possam ser efetivamente exercidas por todos os brasileiros sem qualquer discriminação injusta e ilegal. Restrições à liberdade e aos direitos do cidadão, consagrados na Constituição, serviriam unicamente aos reacionários que pretendem deter o desenvolvimento da luta patriótica em nosso país e instaurar uma ditadura terrorista no Brasil a serviço dos monopólios norte-americanos.

O Partido Comunista do Brasil protesta veementemente contra as arbitrariedades policiais que anulam na prática a liberdade de imprensa e contra as perseguições policiais ao movimento patriótico, operário e comu-

nista, particularmente violentos neste momento em Pernambuco, na Capital Federal e no norte do Paraná. A luta em defesa da soberania nacional é inseparável da luta contra todas as tentativas no sentido da criação de uma nova legislação reacionária, muito especialmente de uma nova lei de imprensa. O que os interesses do Brasil reclamam é a mais ampla liberdade para todos e a revogação de quaisquer discriminações e não uma nova lei draconiana, negação do preceito constitucional que assegura a liberdade de manifestação de pensamento. Golpear a liberdade de imprensa é abrir o caminho para a ditadura liberticida, é pretender barrar a luta vitoriosa em defesa da soberania nacional, é facilitar a ação dos inimigos do povo e dos traidores da pátria, é tentar liquidar as vitórias do povo e eriar as condições que permitirão à Standard Oil apoderar-se do petróleo brasileiro e aos agentes norte-americanos em nosso país anular a própria decisão do Conselho de Segurança Nacional sobre a energia atômica.

Para ampliar e reforçar a unidade das forças patrióticas e democráticas é indispensável, porém, intensificar a luta contra a crescente e injustificável carestia da vida. As forças patrióticas podem e devem exigir do governo as medidas reclamadas pelos sindicatos operários, pelas entidades estudantis e patrióticas, pelas associações camponesas, de donas de casa, etc., tais como o imediato congelamento dos preços de determinados artigos de consumo popular, a diminuição dos impostos indiretos, a extensão da legislação social ao campo, a baixa da taxa de arrendamento da terra e outras medidas que assegurem às massas camponesas a aquisição de terras, a obtenção de crédito barato, de auxílio técnico, de socorros médicos, etc.

Lutando sem desfalecimento pelas liberdades, pela soberania nacional e por melhores condições de vida para o povo, o Partido Comunista apela a todos os patriotas e democratas para a mais ampla unidade. Dirigimo-nos aos operários e camponeses, à intelectualidade e aos estudantes, às donas de casa, aos artesãos, aos industriais e comerciantes, aos lavradores em geral, e a todos chamamos à união em defesa das liberdades. Estendemos fraternalmente a mão aos dirigentes e filiados de todos os partidos políticos que lutam em defesa das liberdades e os convidamos a juntos procurar a melhor maneira de afastar os obstáculos que separam brasileiros de brasileiros. O essencial é nos unirmos. As forças patrióticas unidas têm condições para fazer prevalecer sua vontade.

Os comunistas devem intensificar com urgência seus esforços no sentido de cooperar ativamente para a unificação de todos os patriotas e democratas em torno das grandes bandeiras da liberdade, da independência nacional e do progresso do Brasil. Acima de quaisquer divergências políticas ou ideológicas, devemos dirigir-nos a todos os brasileiros, a todos que vivem e trabalham em nosso solo, e convocá-los para a grande luta emancipadora, em prol de uma política externa independente para o Brasil, de livre comércio e relações com todos os povos. Convocá-los para a ação unida a favor de uma política interna que assegure a liberdade para todos, a pacificação da família brasileira, a melhoria do nível de vida do povo, a defesa das riquezas nacionais e o progresso do Brasil.

O PRESIDÍUM DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Setembro, 1956.»

Vossos Exitos Ajudam a Luta Emancipadora de Todos os Povos Oprimidos

A Rádio de Pequim transmitiu a seguinte mensagem do C. C. do P. C. B., ao VIII Congresso do Partido Comunista Chinês:

"RIO DE JANEIRO, 7 DE SETEMBRO DE 1956.

Ao Comitê Central do Partido Comunista da China, ao seu eminente dirigente, camarada Mao Tsé Tung, e a todos os camaradas que participam do VIII Congresso do Partido Comunista da China.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, em nome dos comunistas e dos trabalhadores do Brasil, certo de traduzir os sentimentos da maioria do povo brasileiro, envia ao VIII Congresso do Partido Comunista da China sua calorosa e fraternal saudação, com a qual deseja igualmente exprimir seu afeto e admiração pelo glorioso Partido Comunista da China e seu Comitê Central.

E' com alegria e entusiasmo que os trabalhadores e todos os patriotas e democratas brasileiros acompanham as lutas do povo chinês e saudam seus êxitos de alcance mundial no caminho da construção de um novo mundo.

Festejamos como se fosse nossa a vitória da revolução popular chinesa que coroou toda uma época de lutas heróicas do povo chinês por sua liberdade e sua independência, contra a dominação do imperialismo estrangeiro e contra a reação feudal.

Acompanhamos com o mais vivo interesse o desdobrar das consequências dessa vitória que abriu para o povo chinês imensas perspectivas no sentido do desenvolvimento geral da economia da China, no sentido da expansão da cultura nacional e do aumento do bem-estar material dos trabalhadores chineses. Em seus sete anos de vida, a República Popular da China revelou ao mundo inteiro sua potencia e sua grande força vital.

Constitue para nós um ensinamento notável a maneira pela qual o Partido Comunista e o Governo popular uniram o povo chinês em uma força poderosa e invencível. Admiramos a maneira pela qual foi forjada e consolidada, na luta contra os opressores imperialistas, contra as forças da contra-revolução interna, a indestrutível aliança dos operários e dos camponeses, base do regime democrático popular.

A vitória da revolução popular e os êxitos obtidos nos seus sete anos de vida fizeram da República Popular da China um poderoso fator da luta emancipadora de todos os povos oprimidos contra as forças da reação imperialista e o jugo colonial, por sua liberdade e sua independência nacional. A República Popular da China surgiu na arena internacional como grande potência e participa com a gloriosa União Soviética da direção do poderoso

campo das forças que lutam pela segurança internacional e pela paz no mundo inteiro.

Na luta que dirigimos em nosso país e à frente de nosso povo pela liberdade, pela independência e pelo progresso do Brasil, sentimos a excepcional influência progressista que a vitória da revolução popular e a construção de uma nova vida na China exercem nos destinos de todos os povos nacionalmente oprimidos.

Avaliamos, assim, o papel inapreciável da República Popular da China na solução pacífica das questões internacionais e sua transcendental significação na luta pela paz na Ásia e em todo o mundo. Lutamos por isto pelo estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com o Governo da República Popular da China, pelo estreitamento de relações de amizade entre nossos povos, e exigimos que tenha fim a situação anormal existente na Organização das Nações Unidas, onde devem ser restabelecidos os legítimos direitos da República Popular da China.

Saudamos o heróico Partido Comunista da China, como o iniciador e o organizador dos notáveis êxitos do

povo chinês. Fiel a bandeira do marxismo-leninismo, a causa do internacionalismo proletário, o Partido Comunista da China concuz o grande povo chinês a novas vitórias.

Desejamos de todo coração ao Partido Comunista da China, ao Governo popular e ao glorioso povo chinês novos êxitos na luta pela vitória total sobre seus inimigos pela construção do socialismo na China.

Vosso VIII Congresso constituirá para todos os povos que lutam pela liberdade e pela independência nacional, contra o jugo do imperialismo estrangeiro, um novo e poderoso caudal de ensinamentos e de força inspiradora. E, pois, com o mais vivo interesse que nós, comunistas do Brasil, acompanhamos os vossos trabalhos e aguardamos suas conclusões, muito particularmente nos aspectos que interessam à luta que dirigimos em nosso país.

Viva o Partido Comunista da China, guia provado do povo chinês!

Salve o VIII Congresso do Partido Comunista da China! Glória ao grande povo chinês!

Pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

Luiz Carlos Prestes, Secretário geral.»

Semana Política

O sr. Ademar de Barros, de regresso ao Brasil, fez em Motevidéu importantes declarações sobre a política brasileira, advogando, particularmente, o restabelecimento do acordo de 1950 entre o PSP e o PTB. Acha o sr. Ademar de Barros que ambos os partidos têm uma "área ideológica comum" e que "seria paradoxal se estivéssemos em campos opostos fazendo o jogo de adversários comuns".

As declarações do líder do PSP não podem deixar de ser bem acolhidas por todos os que se esforçam por uma ampla aproximação entre as diversas forças e correntes partidárias de bases populares e interessadas, em grau maior ou menor, numa política democrática e de progresso nacional. O PTB e o PSP são duas dessas correntes de maior expressão e que, nos últimos anos, veem pondo em relevo uma orientação nacionalista que se firma, cada vez mais, em suas respectivas fileiras. Pode-se mesmo dizer que a ausência de um desses partidos em qualquer das frentes de luta nas quais as forças populares e democráticas constroem a unidade de ação representa sempre um empecilho à marcha para a frente. Foi o que sucedeu, por exemplo, nas eleições de outubro quando a ausência do PSP na frente antigolpe impediu que a vitória conquistada sobre a candidatura Juarez tivesse maior expressão numérica — e não só isso, tivesse também consequências políticas maiores e mais favoráveis ao povo. Já o apoio decidido do PSP ao movimento de novembro, ao lado do apoio do PTB, dos comunistas e de outros partidos, contribuiu,

sem dúvida, para lhe dar a expressiva base popular de que dispôs.

Entretanto, é necessário reconhecer que uma aproximação entre o PSP e o PTB não é, por si só, suficiente. Ela terá consequências benéficas para o desenvolvimento da política nacional sobretudo se for orientada no sentido de tornar-se ponto de partida para uma unidade ainda maior de todas as forças que, no momento, lutam em nosso país em posições democráticas, nacionalistas, progressistas. Essas forças encontram-se também dentro de outros partidos, inclusive dentro da própria UDN, embora aí representadas por pequena minoria. E entre elas não se pode excluir os comunistas.

O problema que se coloca é, sobretudo, de como se chegar a esta unidade e em torno de que estabelecê-la. Apesar da importância das lutas eleitorais elas não podem ser o único motivo da unidade. Mais facilmente se unirão forças tão consideráveis em torno de problemas concretos como os da política atômica, da defesa da Petrobrás, da melhoria das condições de vida do povo, das liberdades democráticas, das questões fundamentais de nosso desenvolvimento econômico.

O estabelecimento, desde já, da unidade de ação de todas essas correntes em torno de questões da atualidade (mesmo que se tenha de começar por uma só dentre elas) é que permitirá se avançar mais ou menos rapidamente no sentido de uma união mais ampla visando a uma política que atenda aos anseios gerais de nosso povo.

ARBITRARIAMENTE PRÊSO FERNANDO LACERDA

No dia 21 foi preso, nesta Capital, o dr. Fernando Lacerda, veterano militante do movimento proletário brasileiro.

Fernando Lacerda foi envolvido no odioso processo montado ainda no governo Dutra, contra vários dirigentes e militantes comunistas.

Protexendo este motivo é que a Polícia o foi buscar em residência de pessoa de sua família, onde se encontrava residindo, em precário estado de saúde. Recolhido à Polícia Central, onde ainda se encontra preso, Fernando Lacerda corre perigo, pois sua saúde não suporta por

muito tempo as condições

carcerárias. A prisão do veterano militante do movimento operário é, por isso, além de uma violência policial contra um cidadão, pelo simples fato de defender determinadas idéias políticas, um atentado desumano que põe em risco uma

vida.

Estão sendo tomadas as necessárias medidas judiciais para a libertação imediata de Fernando Lacerda. E' necessário que todos os democratas secudem estas medidas, reclamando dos poderes competentes a sua liberdade.

Pela Reconciliação Nacional, Por Uma Solução Democrática e Pacífica do Problema Espanhol

Pela reconciliação nacional, por uma solução democrática do problema espanhol — tais são os objetivos por cuja conquista o Partido Comunista de Espanha propõe, em Declaração de seu Comitê Central, a união de todas as forças políticas, desde as de esquerda às de direita, que se opõem, de qualquer forma, à ditadura fascista do general Franco.

O 18 de julho (data em que começou a guerra civil na Espanha em 1936) teve até agora duas significações — diz a Declaração: «Uma, a oficial, que celebrava a vitória das forças franquistas e que trazia em si a perpetuação do espírito de guerra civil, o ódio contra republicanos e democratas, o tom de cruzada contra mais de metade de Espanha».

«Outra, a dos que fomos derrotados, apesar de defendermos uma causa justa. Nossa celebração, por sua vez, significava a reafirmação de nossa confiança no restabelecimento da democracia, a não aceitação de uma derrota injusta, o legítimo orgulho de haver resistido heróicamente cerca de três anos a forças superiormente armadas e — porque não dizê-lo? — certo espírito de revanche».

«Mas, nos últimos anos — prossegue o documento — verificou-se uma importante evolução. Forças consideráveis, que em outro tempo integraram o campo franquista, começaram a mostrar sua discrepância ante uma política que mantém vivo o espírito de guerra civil».

«No campo republicano são mais numerosas e influentes as opiniões dos que consideram que é preciso enterrar os ódios e rancores da guerra civil, porque o espírito de revanche não é um sentimento construtivo».

«Um estado de espírito favorável à reconciliação nacional dos espanhóis vai ganhando as forças político-sociais que lutaram em campos adversários durante a guerra civil».

Já no curso desta o Partido Comunista viu a necessidade de chegar a um acordo entre os espanhóis, que garantisse a independência nacional e a convivência civil. Esse acordo não foi possível então, apesar de que também no campo adversário havia forças que o desejavam».

Adiante afirma a Declaração do P.C.E.:

«Hoje, a ideia de uma solução pacífica dos problemas políticos, econômicos e sociais de Espanha, na base do entendimento entre as forças de esquerda e direita, ganhou muito terreno, ainda que restem sérios obstáculos a vencer».

«Cresce em Espanha uma nova geração que não viveu a guerra civil, que não compartilha dos ódios e paixões dos que dela participamos. E não podemos, sem incorrer em tremenda responsabilidade ante a Espanha e ante o futuro, fazer pesar sobre esta geração as consequências de fatos nos quais não teve parte».

«Se as forças sociais que retiraram seu apoio a Franco se pronunciarem pela conciliação nacional, o entendimento que não se pôde lograr entre os espanhóis, durante a guerra civil, poderia alcançar-se hoje, estendendo uma ponte entre o passado e o presente, olhando o futuro, no caminho da continuidade espanhola».

«O Partido Comunista conclama a todos os espanhóis, desde os monarquistas, democratas cristãos e liberais, até os republicanos, nacionalistas vascos, catalães e galegos, celetistas e socialistas, a proclamar, como um objetivo comum a todos, a reconciliação nacional».

MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA

A Declaração analisa detidamente a atual situação internacional, assinalando as profundas modificações ocorridas no mundo, no sentido da manutenção da paz, da derrota da política de «guerra fria» e de «posições de força», da coexistência pacífica entre as nações. «Espanha não pode permanecer indefinidamente isolada desta poderosa corrente mundial — diz o documento. — Política e economicamente não lhe é possível manter-se à margem das mudanças que têm lugar na situação internacional».

«Convivemos em um mesmo planeta com outros países e, sob pena de marchar pelo caminho apocalíptico de uma guerra termonuclear, coisa que nosso povo rechaça, como todos os demais povos, não há outra solução que a coexistência pacífica entre os Estados, independentemente das diferenças de regime social. A política internacional do general Franco está condenada ao fracasso precisamente porque parte da negação desta realidade».

«A neutralidade — prossegue mais adiante — foi, também no passado, a política de Espanha. Inclusive durante a segunda guerra mundial Franco não pôde ignorá-la de todo — ainda que a tivesse comprometido com uma não-belligerência ativa — O Pacto com os Estados Unidos é um pacto de guerra, que obriga Espanha a abandonar a neutralidade, que tão proveitosa tem sido para nosso país. Os fatores que aconselharam, no passado, a política de neutralidade, continuam atuando. Nas novas condições mundiais a neutralidade poderia ser a forma concreta de incorporação de Espanha à grande corrente da paz e da coexistência. Assim o entendem, além do povo, importantes forças da burguesia espanhola, que reclamam, com muita razão, a volta à neutralidade tradicional».

«O Partido Comunista considera que, atualmente, uma verdadeira política exterior nacional, capaz de encontrar o apoio das diversas classes e camadas sociais do país, deveria incluir medidas como as seguintes:

- 1 — restabelecimento da política de neutralidade espanhola, interrompida pelo general Franco;
- 2 — relações comerciais com todos os países, tanto do campo capitalista como do socialista, na base do interesse recíproco;
- 3 — restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, China e todos os Estados com os quais não mantemos relações, independentemente de seu regime social;
- 4 — fiel observância dos acordos que reconhecem a independência de Marrocos e cooperação amistosa com o novo Estado marroquino;
- 5 — observância dos princípios da Carta da O.N.U. e

de suas organizações dependentes nas quais participa Espanha».

AS MEDIDAS ECONÔMICAS PROPOSTAS

Depois de minuciosa análise da situação econômica do país, diz a Declaração:

«Nos últimos tempos, importantes forças sociais e políticas adotam posições coincidentes com uma série de reivindicações que, respondendo a esta necessidade de uma melhor distribuição da renda nacional, o Partido Comunista havia inscrito em seu programa. Este fato tão significativo demonstra a existência de uma base comum de colaboração entre o Partido Comunista, que representa os interesses da classe operária, e as forças políticas — católicas, liberais, republicanas — que representam interesses de determinados grupos sociais».

«A política econômica de Franco, ao golpear indistintamente a esses grupos, sem distinções entre os que estiveram em um campo e outro da guerra civil, levou estes a compreender melhor que, apesar das contradições existentes entre eles, há interesses comuns, que permitiriam concertar um programa de transformações econômicas. Este programa seria a base econômica da reconciliação nacional».

«Partindo dessa coincidência de pontos de vista o Partido Comunista considera que entre as medidas econômicas pelas quais no momento atual poderiam lutar unidas todas as forças partidárias da reconciliação nacional, facilitando com isso a passagem pacífica a uma legalidade democrática, poderiam figurar as seguintes:

1 — medidas a favor da classe operária, satisfazendo às reivindicações apresentadas pelos sindicatos, particularmente salário-mínimo vital com escala móvel, jornada de 8 horas, salário igual para trabalho igual e seguro de desemprego; elevação substancial dos vencimentos do funcionalismo civil e militar, empregados, professores, médicos e demais profissões liberais;

2 — medidas a favor dos camponeses, satisfazendo às reivindicações apresentadas pelas Hermandades, particularmente a redução dos impostos, liberdade de cultivos e de comércio, revalorização dos preços agrícolas, ajuda mediante créditos a longo prazo; salário-mínimo vital para os trabalhadores agrícolas, extensão a estes dos seguros sociais, medidas eficazes de proteção contra o desemprego estacional; ajuda suficiente aos camponeses vítimas das geadas e outras calamidades semelhantes;

3 — revisão a fundo do sistema fiscal vigente, no sentido de que o peso principal dos tributos recaia sobre as altas rendas e os grandes lucros de tipo monopolista, reduzindo a contribuição dos que vivem de seu trabalho manual ou intelectual, dos camponeses, industriais e comerciantes menos abastados; não se poderá exigir o pagamento de nenhum imposto que não tenha sido previamente aprovado por lei;

4 — nova orientação das inversões públicas, reduzindo às proporções indispensáveis as de caráter militar e canalizando os recursos assim liberados para o fomento da indústria e da agricultura, a modernização do transporte, a solução do problema da moradia, etc.

5 — medidas para sanear as finanças, equilibrar os orçamentos do Estado, frear a inflação e a carestia, estabilizar a moeda; supressão das Caixas Autônomas e restabelecimento do controle único sobre todas as finanças do Estado;

6 — medidas que limitem o poder dos monopólios industriais e financeiros, com o fim de atenuar os prejuízos que sua atividade causa à economia nacional;

7 — supressão dos privilégios alfandegários de que gozam as mercadorias norte-americanas, com o fim de proteger a agricultura e a indústria nacionais;

8 — fomento ao comércio exterior e ao intercâmbio técnico com todos os países em condições de proveito mútuo».

POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS PACÍFICAS

«A Espanha — diz a Declaração do P.C. — encontra-se ante uma conjuntura em que, se as forças de direita e de esquerda têm em conta a dura e terrível lição da guerra civil e da etapa fascista, é possível pôr fim a um longo período histórico de pronunciamentos, guerras civis e intervenções estrangeiras, e inaugurar uma nova era de paz civil. A reconciliação nacional dos espanhóis é uma possibilidade real e uma necessidade impostergável».

O documento detém-se na análise da posição das diversas forças políticas do país, no momento atual, referindo-se particularmente à chamada «terceira força» monarquista, ao movimento liberal e à democracia cristã, que manifestam sérias divergências com o franquismo. Assinala a importância dessas forças políticas e afirma que «a cristalização de um partido democrata-cristão na Espanha está se produzindo», sendo «o mais importante movimento das forças políticas de direita que aparece na arena política espanhola».

Ao mesmo tempo — diz a Declaração — significativas mudanças se verificam dentro das organizações políticas e de massas da ditadura. «A Falange perdeu a maioria de seus membros, está em decomposição, dividida em grupos que se entredevoram. Sua fração mais ativa e importante toma posição aberta contra Franco, a quem acusa de haver traído os princípios falangistas. Modificações muito importantes se produzem no seio dos Sindicatos Verticais e das Hermandades. O setor operário daqueles sindicatos (que reúnem operários e patrões) vem adotando, em seus congressos, resoluções em franca oposição ao governo e que correspondem aos interesses dos trabalhadores. As Hermandades agrárias estão se transformando de instrumentos de dominação sobre as massas camponesas em organizações de resistência contra a política catastrófica da ditadura no campo, organizações que utilizam os camponeses para defender seus interesses ameaçados».

«Quer dizer que as organizações sociais e políticas em que se sustentava o franquismo, sob a pressão do desenvolvimento social, vão modificando seu caráter e conteúdo».

Naturalmente, trata-se de um processo iniciado, cujo desenlace depende da atividade das massas. Mas já se pode afirmar que o que antes era um regime político-social que contava com o amplo apoio das classes dominantes, hoje está ficando reduzido a uma ditadura exercida pessoalmente pelo general Franco e sua camarilha».

«A ditadura sustenta-se, hoje, sobre o Exército e demais forças armadas. Mas a rutura da unidade política do Movimento, a evolução dos setores que o integraram, afeta também as forças armadas, que não se acham à margem da sociedade. Uma parte importante dos comandos do Exército encontra-se em desacordo com a política exterior e econômica da ditadura. A situação material dos militares que não possuem fortuna ou postos nos Conselhos de Administração — e são a maioria — está muito abaixo de seu papel e de suas funções. Por tudo isso, Franco já não conta com o respeito e o apoio incondicional dos comandos do Exército».

«Será cada vez mais difícil ao ditador continuar servindo-se do Exército e demais forças armadas como instrumento coercitivo contra os partidos e grupos que se lhe opõem, buscando solução para os angustiosos problemas de Espanha».

«As correntes de reconciliação nacional encontram e encontrarão, sem dúvida, cada vez mais, o apoio dos comandos do Exército, que colocam o patriotismo e o sentimento do interesse nacional acima de um mal-entendido companheirismo».

«Todas estas razões dão motivo a supor que, chegado o momento de um acordo político entre as forças de esquerda e direita, o Exército e outras forças armadas poderiam retirar seu apoio à ditadura militar e abrir caminho à manifestação da vontade nacional. Dêsse modo prestaríamos um grande serviço à pátria, fazendo possível a passagem pacífica da ditadura à democracia».

OBJETIVOS DA LUTA POLÍTICA

A Declaração assinala que «o incremento da ação das massas e o acordo entre diversas forças de oposição podem criar, inclusive antes de que desapareça a ditadura do general Franco, condições mais favoráveis a uma solução democrática dos problemas de Espanha». E, depois de insistir na necessidade de impulsionar o amplo entendimento ou frente nacional das forças de direita e de esquerda — processo que, atualmente, começa a desenvolver-se e tende a crescer, conclui:

«O Partido Comunista considera que o desaparecimento da ditadura do general Franco e o restabelecimento das liberdades democráticas, dando a possibilidade ao povo de expressar sua vontade em eleições livres, deve ser na atual etapa o objetivo fundamental de todas as forças nacionais e democráticas; considera que esse objetivo pode ser alcançado sem guerra civil e sem violência, por meio da ação unida das massas e dos mais amplos setores sociais e políticos da nação e do Estado».

«Mas a luta pela democracia na Espanha é o conjunto das ações por este objetivo fundamental e por uma série de objetivos parciais que hoje estão já colocados e que podem extender-se e ampliar-se mais: ações nas quais se unem e agrupam as forças democráticas, atraindo a novos núcleos e setores sociais, e conquistando posições cada vez mais vantajosas para novos avanços».

«De acordo com essa concepção do caminho a seguir, o Partido Comunista considera que no momento atual, além da luta pelas medidas propostas neste documento, relativas à política exterior e aos problemas econômicos, as forças de oposição devem lutar unidas pelos seguintes objetivos:

- 1 — ampla anistia que devolva a liberdade aos presos e permita a volta ao país de todos os exilados políticos, com plenas garantias;
- 2 — supressão da censura para a imprensa e outras publicações, para o cinema e o teatro; liberdade de imprensa e de expressão, incluindo a liberdade de escrever e expressar-se nos idiomas das nacionalidades;
- 3 — funcionamento democrático dos sindicatos; eleições democráticas, por votação direta, dos dirigentes das seções sociais; eleição dos dirigentes provinciais e nacionais em congressos celebrados na base da eleição democrática dos delegados; supressão da participação patronal nos sindicatos, que devem ser exclusivamente sindicatos operários; liberdade para que os patrões criem suas próprias organizações econômicas, à margem dos sindicatos;
- 4 — funcionamento democrático das Hermandades, compreendendo a eleição de seus dirigentes em escala local, provincial e nacional;
- 5 — respeito à autonomia universitária; reintegração dos professores e catedráticos alvo de represálias; liberdade de cátedra; liberdade para que os estudantes reúnem seus congressos e resolvam democraticamente seus problemas;
- 6 — supressão do sistema do partido único; liberdade para a reorganização e funcionamento de todos os partidos e organizações políticas».

«E por todo o gênero de reivindicações de conteúdo democrático, ainda que parcial, que possam contribuir para o desenvolvimento das forças da democracia».

«O Partido Comunista está disposto a colaborar com todas as forças que mantenham uma atitude favorável a todos ou alguns destes pontos; a propiciar tudo o que signifique um passo adiante na democratização da Espanha, na supressão da ditadura».

«O Partido Comunista considera que ainda antes do desaparecimento da ditadura é possível obter resultados parciais na aplicação das medidas que se propõem neste documento, tanto no que se refere à política interior, como à política exterior e às reivindicações econômicas».

«O Partido Comunista apoiará qualquer governo que já passos efetivos no sentido da realização de uma política de melhoria das condições de vida do povo, de paz, independência nacional e restabelecimento das liberdades democráticas».

Exclusividade ao Exército Para a Prospecção de Minerais Atômicos

O deputado Neiva Moreira (PSP) apresentou à Câmara, com o apoio integral de sua bancada, um projeto que transfere para o Serviço Geográfico do Exército a responsabilidade pela prospecção de materiais radioativos em todo o território nacional.

Política atômica, com a decisão do Conselho de Segurança Nacional de suspender a exportação de minerais radioativos e denunciar, virtualmente, os acordos firmados com os Estados Unidos, neste setor, durante o governo Café Filho.

A entrega da prospecção a um governo estrangeiro, como foi feito através do acordo de pesquisas firmado com o governo norte-americano, resul-

ta numa situação humilhante para o nosso país e em prejuízo para a soberania nacional. Basta dizer que, pelo referido acordo, o governo brasileiro somente poderá fazer qualquer revelação sobre os resultados dessas pesquisas com a anuência prévia do governo norte-americano. Entretanto, não é segredo para ninguém que o governo dos Estados Unidos mantém um regular serviço de informação de suas pesquisas no exterior, não só sobre minerais atômicos, mas também sobre outros minérios, para as grandes corporações lanques. Assim, antes mesmo que órgãos governamentais brasileiros e o Parlamento tenham conhecimento dos resultados dessas pesquisas, eles já são do pleno conhecimento dos monopólios americanos.

Por outro lado, como acentua o deputado Neiva Moreira, «o debate parlamentar e jornalístico do problema atômico no Brasil deixou evidenciadas as conexões dessa indústria em nosso país com trusts e agentes estrangeiros. Do ponto de vista do resguardo dos interesses nacionais não parece que haja alternativa muito desejável entre entregar diretamente, ao governo dos Estados Unidos, os resultados dos trabalhos ou deixá-los disponíveis ao conhecimento de grupos estrangeiros, até porque não teriam estes certos deveres que as boas relações diplomáticas impunham ao governo norte-americano.

Reservando ao Serviço Geográfico do Exército a exclusividade da prospecção, o projeto do deputado Neiva Moreira não só assegura uma expansão e eficiência do trabalho (pois este poderá contratar os técnicos de que necessita e mobilizar os serviços de qualquer outra repartição governamental), como preserva os interesses da segurança nacional e afasta as influências e pressão de grupos econômicos.

JOÃO ARRUDA: SAIU DO MUTISMO E DA OBSCURIDADE PARA DAR A INTERPRETAÇÃO GOLPISTA DO ATUAL MOMENTO

No dia 20 passado, a costumeira placidez do Senado Federal foi quebrada por um violento discurso do senador João Arruda, representante da Paraíba, e grande industrial de tecidos em São Paulo. O destaque dado a essa oração por vários órgãos ligados a meios golpistas (como a «Tribuna da Imprensa» e o «Diário de Notícias») ou por outros que deles voltam a aproximar-se (como o «Correio da Manhã») empresta-lhe uma importância muito maior que a alcançada normalmente por qualquer manifestação daquele até agora obscuro membro da UDN. E isso não é tudo, pois a rara agressividade do sr. João Arruda no Senado está evidentemente coordenada com outros indícios de exacerbação política, bem exemplificados no recente manifesto de Carlos Lacerda e na manifestação coletiva de numerosos oficiais das forças armadas que tratam de «chefes» o reformado general Távora. Programa-se as escândaras um novo surto de agitação golpista que terá como um dos temas o processo de Toneleiros, em nova fase, a partir de outubro.

O senador João Arruda balisou sua cafilinária em conhecidas teses de inspiração facilmente identificável. Segundo ele, presenciámos o «eclipse quase total da autoridade civil» que estaria submetida «à tutela do Ministério da Guerra». Temos ouvido este refrão repetir-se insistentemente, desde que o Exército, em 11 de novembro, apoiado pelo povo, restaurou a ordem civil e constitucional ameaçada abertamente pelos mesmos que agora, por motivos de mera tática política, paramentam-se de seus defensores. O esquema da subversão destinada a instaurar o «estado de emergência» propugnado pelo grupo golpista, permanece fundamentalmente o mesmo: intrigar a Nação armada e a Nação civil, dividir as Forças Armadas, lançar a cizânia no seio do Exército buscando desmoralizar seus chefes mais em evidência, sobretudo o Ministro da Guerra, ao qual os conspiradores anti-nacionais não perdoam o papel de destaque que desempenhou na derrota do golpe preparado por Juarez, Eduardo Gomes, Café Filho, Carlos Luz, Carlos de Lacerda e tantos outros.

As palavras do industrial udenista são, do começo ao fim, uma tentativa arrojada neste sentido: Vemos seu minucioso trabalho de apresentar o Exército como dividido em grupos que se entredevoram para os efeitos da propaganda udenista: «grupo Lott-Denis», «grupo Zenóbio-Nelson de Melo», «grupo de 24 de agosto» e «grupo comunista, para-comunista ou cripto-comunista».

Como seria de esperar, o espantilhe comunista, já tão desmoralizado, ocupa larga praça no arrazoado arrudense. E, ao mesmo tempo, o que ele chama de «grupo de 24 de agosto» é apresentado como de «grande potencialidade», a «elite do Exército autal», «sua melhor moeda».

Não nos cabe discutir a classificação de grupos e sub-grupos proposta pelo senador João Arruda. Aqui, como em qualquer outro exército do mundo, há oficiais mais chegados uns aos outros, segundo tendências políticas e mesmo relações de camaradagem. E' evidente, porém, que a grande linha divisória no Brasil é a que separa, de um lado, os elementos que se batem pela manutenção e ampliação da soberania nacional e das conquistas democráticas, e a dos que aspiram a submissão de nossa pátria aos trusts norte-americanos e que, para impôr essa política impatriótica, procuram instaurar uma ditadura terrorista. Os acontecimentos de 11 e 21 de novembro demonstram que essa grande divisão é a mesma que define as tendências nas Forças Armadas, com a diferença de ser a segunda comprovadamente minoritária, não só no corpo civil e como na fração armada de nosso povo. Eles demonstram, igualmente, que as tarefas de emancipação nacional e de democratização dependem do grau de unidade com que marcharem as forças que se incluem na primeira tendência, da medida em que souberem pôr no segundo plano os fatores de divergência e consolidar os elos de união. E' a nítida compreensão desses fatos que obriga o senador João Arruda e os de quem se faz porta-voz a buscar o caminho do êxito na sementeira de intrigas.

Os senhores golpistas de 24 de agosto e de 10 de novembro usam as dificuldades atuais para pescar em águas turvas e dividir o povo, ao passo que articulam novas tentativas anti-nacionais. Nada disso deve ser subestimado, entretanto. Um dos mais imperiosos deveres do momento reside em realizar todo o esforço para consolidar e ampliar a unidade de ação das forças patrióticas, a fim de sufocar a trama liberticida que se processa.

Agravamento da Situação Financeira: Até Julho um Déficit de 12 Bilhões!

A ORIENTAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO GOVERNO NAO DETEM A INFLAÇÃO, ESTÁ A INTENSIFICÁ-LA — NADA JUSTIFICA O OTIMISMO DO SR. JOSE MARIA ALKIMIN — NECESSÁRIA A MUDANÇA DE RUMO

Apesar das declarações otimistas do Ministro da Fazenda e do Presidente da República a situação financeira do país continua grave e, de fato, agrava-se cada vez mais.

Segundo dados da Contadoria Geral da República a execução orçamentária até julho deste ano, apresentava um déficit de quase 12 bilhões de cruzeiros (concretamente: 11 bilhões e 834 milhões de cruzeiros). E um dos maiores déficits até hoje conhecido e, a permanecer este ritmo, é provável que o déficit final do exercício orçamentário venha a ser, até, superior ao previsto (23 bilhões de cruzeiros).

43 BILHÕES DE DESPESAS

A principal razão deste déficit de quase 12 bilhões reside no fato de que a despesa foi superior, enquanto a receita foi inferior ao previsto. De fato, em sete meses, os gastos governamentais atingiram a 43.434.288.000 cruzeiros (a previsão era de 41.536.000.000) e a receita foi apenas de 31.590.981.000 cruzeiros, embora estivesse prevista uma arrecadação de 33.103.020.000.

O fato que chama mais a atenção é que, do montante das despesas realizadas, nada menos de 15 bilhões e 800 milhões correspondem a créditos não previstos pelo orçamento, o que significa que o governo, para a realização de outras despesas, não se utilizou de todos os créditos orçamentários para fins especificados.

FALTA DE CRITÉRIO DAS DESPESAS

Pode-se assinalar, ainda, que uma grande parte das despesas realizadas são de sentido puramente burocrático,

sem influência no desenvolvimento econômico do país e do bem-estar social da população. Enquanto isto, entre os créditos não utilizados pelo governo, encontram-se diversos que deveriam ser aplicados em atividades de caráter econômico e social. Assim é que os créditos para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia não foram liberados até julho deste ano. Só em setembro é que o Ministério da Fazenda autorizou o fornecimento à Superintendência do Plano de uma quarta parte dos créditos de que necessita para o corrente ano.

Por outro lado, não foi entregue um único centavo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico correspondente à arrecadação do adicional do imposto de renda cujo total deve ser empregado, através do BNDE, para a execução dos planos de reaparelhamento econômico (ferrovias, portos, etc.). A União também não se esforçou por amortizar, no mais mínimo, a sua dívida com as instituições de previdência social, cuja situação é cada vez mais difícil (atualmente, a dívida do governo com os institutos e caixas sobe a 33 bilhões de cruzeiros!)

PRESSÃO INFLACIONÁRIA

Em face disto, o governo continua lançando mão das emissões de papel moeda, de adiantamentos tomados ao Banco do Brasil e mesmo de empréstimos através de letras do Tesouro. E estas medidas não puderam deixar de intensificar a pressão inflacionária que vem concorrendo para os

aumentos sucessivos dos preços.

Assim, não tem nenhum fundamento o otimismo que o sr. José Maria Alkimin, ministro da Fazenda, proclama nos Estados Unidos, anunciando que muito em breve será contida a inflação apenas com o prosseguimento da política econômica e financeira até agora seguida pelo governo do sr. Kubitschek. Isto será totalmente impossível sem uma modificação de política tanto interna como externamente.

MUDAR DE RUMO

A verdade é que o governo tem abandonado os caminhos mais exequíveis para a contenção da pressão inflacionária. Exemplo típico é o projeto recentemente aprovado sobre lucros extraordinários, projeto que, se fosse mantido em seu caráter original, poderia fornecer boa margem de recursos ao governo para o equilíbrio orçamentário. Mas, como foi aprovada pelo Congresso, a taxa dos lucros extraordinários tornou-se verdadeiramente inócua e, mais que isto, injusta.

Outro exemplo é a posição do governo em face dos capitais estrangeiros. Evidente mente, ninguém pode ser contrário, de plano, ao estímulo às inversões de capitais estrangeiros que possam concorrer para o desenvolvimento independente da economia nacional. Mas que se criem privilégios (por exemplo, no regime de câmbio) como atualmente existem, para os capitais estrangeiros em detrimento dos capitais nacionais, é um absurdo contrário aos interesses do país. Além disso, não há nenhuma seleção em face dos capitais estrangeiros que entram no país e muito menos quanto às remessas de seus lucros e dividendos para o exterior. Como resultado temos o fato assinalado pela SUMOC de que, de 1947 a dezembro de 1955 houve um déficit de mais de 140 milhões de dólares entre os capitais entrados e saídos. Noutras palavras, houve uma descapitalização no Brasil em favor das grandes empresas norte-americanas.

Há ainda o problema do comércio exterior, continuando o governo a vacilar quanto ao estabelecimento de relações com todos os países, inclusive os do campo do socialismo, medida que seria um passo importante para aliviar a pressão inflacionária que a escassez de divisas em dólares provoca entre nós e, ao mesmo tempo, para a valorização dos nossos produtos e a aquisição em melhores condições de equipamentos e matérias primas indispensáveis ao desenvolvimento da economia brasileira.

NENHUM FUNDAMENTO NAS ACUSAÇÕES DO JORNAL DE LACERDA

DESTRÓI A COMISSÃO DE INQUÉRITO A PROVOCAÇÃO CONTRA JOÃO GOULART

A Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar as novas acusações do pessoal da «carta Brandi» contra o sr. João Goulart concluiu esta semana seus trabalhos, aprovando o parecer do relator, deputado Benjamin Farah. O parecer conclui pela total improcedência das acusações formuladas pela «Tribuna da Imprensa» contra o Vice-presidente da República.

AS CONCLUSÕES

O relatório do deputado Benjamin Farah caracteriza a mistificação do jornal de Carlos Lacerda como «outro episódio da Carta Brandi», demonstrando:

1º) — que os depoimentos prestados diante da comissão trazem inequívoca comprovação da absoluta improcedência das informações ou acusações de que algum legislador brasileiro se houvesse locupletado em transações junto ao governo argentino;

2º) — que os documentos fornecidos à comissão também só podem concluir pela improcedência da acusação. Esses documentos são de dois tipos: de um lado, as fotocópias apresentadas pelo jornal de Lacerda; de outro, os documentos oficiais do governo argentino, fornecidos através do Itamarati. Os primeiros (as fotocópias) não têm nenhuma validade jurídica. Não são traduzidos nem registrados no Registro de Títulos e Do-

cumentos, nem conferidos consoante expressas determinações legais, nem sequer com qualquer timbre oficial. São documentos que, por lei, não podem ser aceitos em juízo ou fora dele. Já as notas do governo argentino são oficiais e desmentem peremptoriamente a intriga «lanternista» de negócios ilícitos de madeira com o governo argentino (então governo Peron) no qual se tenha envolvido o sr. João Goulart.

NOVO DESMASCARAMENTO DOS FALSÁRIOS

Cai, assim, mais uma tentativa de Carlos Lacerda e das viúvas do golpismo, visando a dar argumentos aos partidários da implantação de uma ditadura terrorista no país, cuja rearticulação se processa. Trata-se, na realidade, de nova «carta Brandi», desta vez nati-morta.

Evidentemente, os conhecidos falsários não se darão por vencidos e procurarão novos pretextos para, através da intriga e da calúnia, manter o fermento golpista e criar um clima propício aos atentados contra as liberdades democráticas. Este o motivo porque não se pode fechar os olhos às atividades e manobras desse grupo que procura assaltar o poder para a realização de uma política de entreguismo e de reação contra o povo.

PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GRANDE CHINA SOCIALISTA

(ESTÁ REUNIDO EM PEQUIM O VIII CONGRESSO DO P. C. CHINÊS)

No dia 15 deste mês, em Pequim, instalou-se o VIII Congresso do Partido Comunista Chinês.

Prolongados aplausos se ouviram quando à hora marcada para o início dos trabalhos assumaram à tribuna os dirigentes do Partido Comunista Chinês, assim como os membros das delegações dos Partidos Comunistas e Operários de outros países e líderes de partidos e grupos democráticos e elementos sem partido da China.

Mão Tsé Tung declarou aberta a sessão e a orquestra executou a Internacional. A pedido de Mão Tsé Tung os presentes se levantaram a fim de prestar uma homenagem de três minutos de silêncio à memória dos heróis revolucionários desaparecidos.

Em seguida Mão Tsé Tung pronunciou o discurso de abertura do Congresso, frequentemente interrompido por aplausos.

Ao VIII Congresso do P. C. Chinês estão presentes 1.021 delegados e 107 delegados suplentes, representando 10 milhões e 730 mil membros do Partido. Compareceram ao Congresso como convidados líderes de Partidos e grupos democráticos, representantes de órgãos do Estado, do Exército de Libertação do Povo Chinês, de organizações populares e democráticas sem partido.

Delegações e observadores de Partidos Comunistas e Operários de mais de 30 países foram convidados a comparecer ao Congresso.

Os presentes aprovaram o Presidium composto de 63 membros, o Secretariado para o Congresso, com 13 membros e um Comitê de Credenciais de 29 membros.

Do temário do VIII Congresso do Partido Comunistas e Operários de outros países e líderes e importantes questões:

- 1 - Informe Político do Comitê Central do Partido Comunista Chinês ao Congresso, por Liu Shao-chi.
- 2 - Informe sobre modificações na estrutura do Partido Comunista Chinês, por Teng Hsiao-ping.
- 3 - Informe sobre o Projeto para o II Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional, por Chu En-Lai.
- 4 - Eleição do Comitê Central do Partido.

Discurso de Mao Tsé Tung

Declarando abertos os trabalhos do VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, Mão Tsé Tung pronunciou o seguinte discurso:

“CAMARADAS!

Declaro inaugurados os trabalhos do VIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China. (Prolongados aplausos, todos se levantam).

Durante os 11 anos transcorridos desde o VII Congresso Nacional de nosso Partido muitos camaradas e amigos tanto aqui em nosso país como em todo o mundo, têm dado suas vidas em luta heróica e trabalho infatigável pela causa do comunismo e da emancipação da humanidade. Glória eterna à sua memória! (Todos se levantam e prestam um tributo de silêncio).

O objetivo deste Congresso é fazer um balanço da experiência adquirida desde o VII Congresso, é unir todo o Partido e nos unirmos com todas aquelas forças que no país e no estrangeiro possam ser ganhas para a construção de uma grande China Socialista. (Aplausos).

«Durante os onze anos que nos separam do VII Congresso completamos, neste grande país com vasto território, enorme população e complexas condições, a revolução democrática burguesa e também alcançamos uma vitória decisiva na revolução socialista. Foi comprovado pela prática nessas duas revoluções que a orientação seguida pelo Comitê Central do Partido desde o VII Congresso até hoje, é justa e que nosso Partido é um grande Partido Marxista-leninista já em sua maturidade política». (Aplausos) Mais do que nunca, nosso Partido está unido, e consolidado. (Aplausos). Tornou-se o centro que unifica o povo em todo o país para a edificação do socialismo. (Aplausos). Alcançamos grandes êxitos em todos os ramos de atividades. Temos trabalhado com acerto, mas também temos cometido alguns erros. Neste Congresso devemos analisar os pontos fundamentais da experiência adquirida em nossa atividade, tanto os êxitos como os fracassos, de modo que possamos divulgar nossa experiência vitoriosa e as lições que decorrem de nossos erros.

No que diz respeito às condições internas, devemos nossas vitórias ao fato de nos termos apoiado na aliança entre a classe operária e o campesinato, dirigida pela classe operária, e de havermos estabelecido uma ampla aliança com todas as forças que puderam ser unificadas. Cabe-nos ainda realizar grandes e pesadas tarefas, grande atividade de unificação. Embora nosso Partido possua mais de 10 milhões de membros, estes representam minoria bastante insignificante em comparação com a população do país. Em vários setores oficiais e em questões públicas muito trabalho tem que ser feito por elementos que não pertencem a partidos. É impossível conseguir um bom trabalho se não soubermos bem nos apoiar nas massas e buscar a cooperação com elementos estranhos a partidos. Ao mesmo tempo em

que devemos continuar a fortalecer a unidade do Partido, devemos também continuar a reforçar a unidade entre todas as nossas nacionalidades, entre todas as classes democráticas, os partidos democráticos e as organizações populares, e a consolidar e ampliar a frente única democrática popular. Devemos tomar determinadas medidas para desembaraçar-nos de quaisquer manifestações mais ou menos de caráter de nossa atividade, manifestações que possam prejudicar a unidade entre o Partido e o povo.

Internacionalmente, nossas vitórias são devidas ao apoio prestado pelo campo da paz, da democracia e do socialismo, chefiado pela União Soviética e a profunda simpatia dos povos que amam a paz em todo o mundo. No momento os acontecimentos ocorridos na situação internacional tornam-se cada vez mais favoráveis à obra de edificação de nosso país. Nós e todos os países socialistas desejamos a paz; os povos de todos os países do mundo querem a paz. Os únicos que desejam a guerra e não querem a paz são certos círculos do capital monopolistas de um punhado de países imperialistas que vêm na agressão uma fonte de lucros. Em consequência dos incessantes esforços desenvolvidos pelos países e povos amantes da paz, observa-se uma tendência no sentido do alívio da tensão na situação internacional. Para conseguir uma paz duradoura no mundo, devemos desenvolver ainda mais nossa amizade e cooperação com os países irmãos no campo do socialismo e reforçar nossa solidariedade com todos os países que amam a paz. (Aplausos). Devemos fazer esforços para estabelecer relações diplomáticas normais com base no respeito mútuo à integridade territorial, soberania, igualdade e respeito recíproco, com todos os países que queiram viver pacificamente conosco. É nosso dever apoiar ativamente os movimentos de independência e libertação nacional nos países da Ásia, África e América Latina, assim como o movimento de paz e as lutas justas em todos os países do mundo. (Aplausos). Apoiamos com firmeza a ação perfeitamente legítima do governo egípcio ao reaver a Companhia do Canal de Suez e nos opomos resolutamente a qualquer tentativa de atentar contra a soberania do Egito e de iniciar intervenção armada contra aquele país. (Aplausos). É nosso dever desfazer completamente os planos do imperialismo no sentido de criar tensão e de preparar a guerra. (Prolongados aplausos).

As vitórias alcançadas pela revolução e pela edificação de nosso país são devidas ao marxismo-leninismo. A integração perfeita entre a teoria marxista-leninista e a prática da revolução chinesa é o princípio ideológico seguido de maneira consequente por nosso Partido. Durante muitos anos, especialmente desde a campanha realizada em 1942 para corrigir o estilo de trabalho do Partido, muito temos feito para reforçar a educação marxista le-



Com a participação democrática de todas as forças interessadas na edificação de uma China socialista, o que quer dizer um país independente e próspero onde está assegurado o bem estar das massas, o VIII Congresso iluminou o caminho que o grande povo chinês segue em busca de um radioso futuro. Mão Tsé Tung, Presidente da República Popular e do Partido Comunista da China, abriu com este discurso que publicamos os trabalhos do Congresso.

irmãos dentro do Partido. Em relação à época anterior a essa campanha nosso Partido deu um passo à frente na elevação de seu nível de teoria marxista-leninista. Ainda padecemos, porém, de sérias debilidades. Entre muitos de nossos camaradas predominam pontos de vistas e estilos de trabalho opostos ao marxismo-leninismo, isto é, subjetivismo na maneira de pensar, burocracia na maneira de trabalhar, e sectarismo em questões de organização.

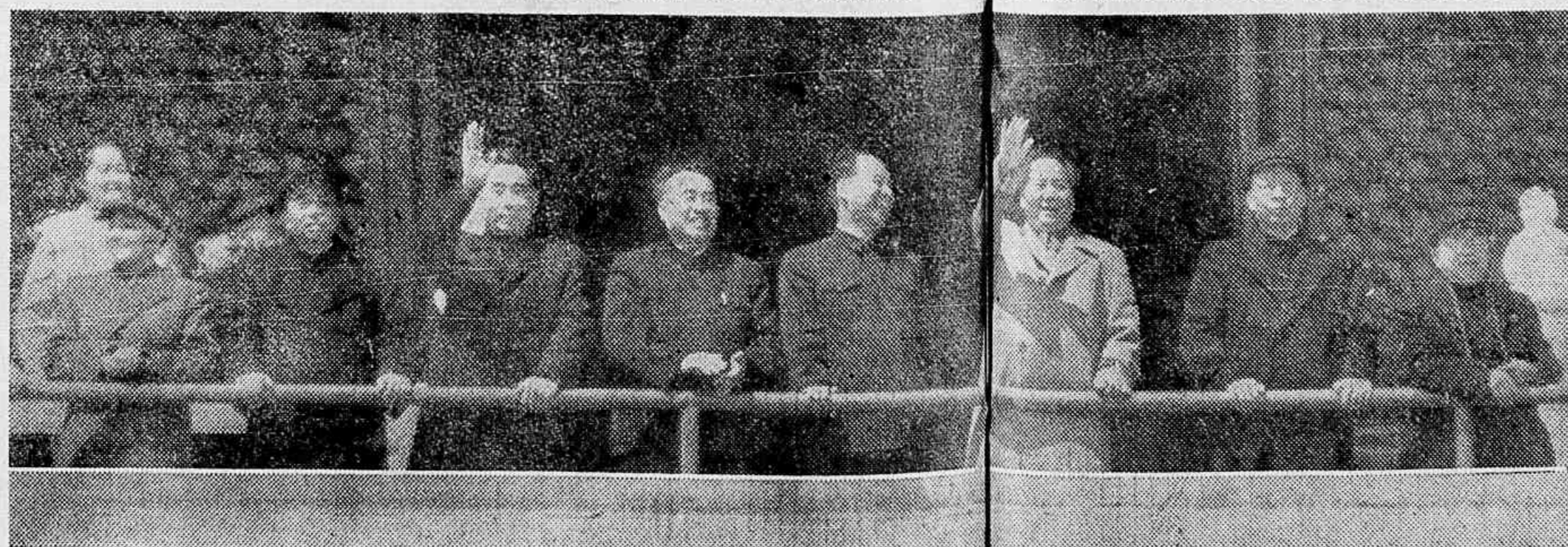
Essas concepções e estilos de trabalho nos afastam das massas, nos separam da realidade e atentam contra a unidade tanto dentro como fora do Partido, constituindo obstáculo ao progresso de nossa causa e de nossos camaradas. Essas sérias falhas em nossas fileiras devem ser rigorosamente corrigidas por meio do fortalecimento da educação ideológica no Partido. (Aplausos). Depois da revolução de Outubro, Lênin estabeleceu para o Partido Comunista da União Soviética, a seguinte tarefa: estudar e estudar. Nossos camaradas soviéticos e o povo soviético têm obedecido a essa indicação de Lênin. Ainda não transcorreu muito tempo, mas seus feitos têm sido extremamente gloriosos. (Prolongados aplausos). Em seu XX Congresso realizado recentemente, o Partido Comunista da União Soviética aprovou muitas resoluções justas e críticas as falhas em suas atividades. Podemos afirmar com segurança que esse procedimento se traduzirá em realizações de extraordinário alcance. (Prolongados aplausos).

As tarefas que temos a realizar hoje são em geral semelhantes àquelas que se apresentaram à União Soviética imediatamente após sua criação. Transformando a China de país atrasado e agrícola em país avançado e industrializado deparamos com muitas tarefas penosas e nossa experiência está longe de ser suficiente. Por isso, devemos estudar muito. Devemos muito aprender de nossa antecessora, a União Soviética, (aplausos) com as Democracias populares, (aplausos), com os Partidos

Comunistas, de Partidos Operários, e Partidos Trabalhistas e de Partidos Populares. Revolucionários de mais de 50 países. (Prolongados aplausos). Todos eles são marxista-leninistas e sua linguagem é igual à nossa. (Aplausos). Inspirados pelo espírito de nobre amizade, muito viajaram para chegar a nosso país a fim de participar do Congresso de nosso Partido. Isso muito nos encoraja e reforça. (Aplausos). Saudamo-los calorosamente. (Prolongados aplausos). Todos se levantam.

Temos hoje entre nós delegados dos Partidos Comunistas, de Partidos Operários, e Partidos Trabalhistas e de Partidos Populares. Revolucionários de mais de 50 países. (Prolongados aplausos). Todos eles são marxista-leninistas e sua linguagem é igual à nossa. (Aplausos). Inspirados pelo espírito de nobre amizade, muito viajaram para chegar a nosso país a fim de participar do Congresso de nosso Partido. Isso muito nos encoraja e reforça. (Aplausos). Saudamo-los calorosamente. (Prolongados aplausos). Todos se levantam.

Com a participação democrática de todas as forças interessadas na edificação de uma China socialista, o que quer dizer um país independente e próspero onde está assegurado o bem estar das massas, o VIII Congresso iluminou o caminho que o grande povo chinês segue em busca de um radioso futuro. Mão Tsé Tung, Presidente da República Popular e do Partido Comunista da China, abriu com este discurso que publicamos os trabalhos do Congresso.



DIRIGENTES DO P. C. E DE OUTRAS AGREMIÇÕES DEMOCRÁTICAS DA CHINA POPULAR NA TRIBUNA, DURANTE UMA FESTA NACIONAL

AMPLA PERSPECTIVA DE PROGRESSO E BEM-ESTAR PARA O POVO CHINÊS

CHU EN-LAI INFORMA SOBRE O II PLANO QUINQUENAL DA CHINA

No seu informe sobre as propostas para o Segundo Plano Quinquenal, Chu En-Lai, Secretário do Secretariado do Partido Comunista Chinês, declarou que a produção industrial do país em 1962 o dobro da produção total planejada para 1957 e a produção agrícola será 35% mais elevada. Estes índices indicam a ampla perspectiva de progresso que tem diante si o povo chinês.

— Prosseguir a edificação econômica tendo por base a indústria pesada, promover a reconstrução técnica da economia nacional e construir uma sólida base para a indústria socialista;

— Realizar a transformação socialista, e expandir o sistema de propriedade coletiva e o sistema de propriedade de todo o povo;

— Aumentar a produção da indústria, da agricultura e do artesanato e desenvolver de maneira correspondente os esportes e o comércio com base na construção socialista e transformação socialista;

— Fazer esforços vigorosos para o treinamento do pessoal destinado às obras de edificação e ampliar as pesquisas científicas para atender às necessidades relativas ao desenvolvimento da economia e da cultura socialista;

— Reforçar a defesa nacional e elevar o nível de vida material e cultural do povo com base no aumento da produção industrial e agrícola.

Chu En-Lai calcula que a renda nacional no Segundo Plano Quinquenal será 50% superior à renda nacional no Primeiro Plano Quinquenal. As despesas com a defesa nacional e a administração serão reduzidas a cerca de 20% das despesas totais do Estado em relação aos 32% de redução no Primeiro Plano Quinquenal; por outro lado, as despesas relativas à economia, cultura e educação, serão aumentadas para 60 a 70% das despesas totais do Estado, em comparação com 56% do Primeiro Plano Quinquenal.

No Segundo Plano Quinquenal terão grande preeminência as obras básicas. Cerca de 40% da renda total do Estado será dedicada a garantir um ritmo relativamente intenso para o desenvolvimento da indústria e da agricultura. A fabricação de máquinas e a indústria metalúrgica serão objetos de atenção especial na construção econômica da China durante o Segundo Plano Quinquenal. Prevê-se que 70% da maquinaria necessária à construção serão de fabricação chinesa no término do Segundo Plano Quinquenal. A China também se esforçará por fornecer aos vários setores da economia nacional, especialmente ao setor de fabricação de máquinas, quase todos os metais ferrosos e os principais metais não ferrosos tanto no que se respeito à qualidade como à variedade. As inversões de capital na indústria leve serão também aumentadas para ficar ao nível do crescente consumo.

Chu En-Lai ressaltou que a edificação industrial deve ser acompanhada do desenvolvimento correspondente dos demais setores da economia nacional, particularmente a agricultura, para cujo fomento serão feitos grandes esforços. Prevê-se que a produção total de cereais durante todo o Segundo Plano Quinquenal será de 1 bilhão e 100 milhões de toneladas e a de algodão será de 10 milhões e quinhentas mil toneladas. Só em 1962 a produção de cereais chegará a 250 milhões de toneladas e a de algodão, a 2 milhões e 400 mil toneladas.

Durante o Segundo Plano Quinquenal haverá um aumento de 25 a 30% para os operários e empregados.

dos, além da melhoria na habitação, na segurança do trabalho, na saúde pública e outras medidas em defesa do bem-estar do povo.

Chu En-Lai afirma que o Estado continuará a ajudar as cooperativas para que estas possam aumentar a produção. O imposto agrícola será mantido em proporção adequada. A renda total do campesinato aumentará de 25 a 30% se a produção agrícola atingir a cota estabelecida no Segundo Plano Quinquenal.

Chu En-Lai ressalta a necessidade de ajuda estrangeira para a edificação do socialismo na China, além da mobilização de todos os fatores positivos no país. A China deve continuar a aprender a experiência de vanguarda da União Soviética e das Democracias Populares no que diz respeito às obras de edificação e à técnica científica. Durante o Segundo Plano Quinquenal a União Soviética e as Democracias Populares continuarão a prestar ampla ajuda à edificação da China. Em sua qualidade de membro do campo do socialismo, a China fornecerá aos países amigos produtos agrícolas, produtos animais, matéria-prima mineral e certas espécies de maquinaria e produtos industriais de que os mesmos necessitam.

Chu En-Lai observa que as relações que a China mantém com muitos países asiáticos e africanos que a China mantém em cooperação econômica, técnica e cultural se tornam mais estreitas a cada dia que passa, à base da igualdade e de proveito mútuo. Essa cooperação tem contribuído para garantir a independência nacional dos países asiáticos e africanos e para ampliar a área de paz. Foi, portanto, benéfica a edificação pacífica da China. Os contatos entre os países da Ásia, da África e da América Latina estão também se ampliando e apresentam amplas perspectivas.

A China também gostaria de estabelecer estreitas relações econômicas, técnicas e culturais, à base da igualdade e da vantagem recíproca, com outros países. A China tem se esforçado constantemente para ampliar o comércio com os países



CHU EN-LAI, Secretário do Partido Comunista Chinês

ocidentais e está pronta a acolher em benefício de suas obras de edificação, tudo aquilo que seja útil e que eles possuem em matéria científica, tecnológica, e método de administração. O obstáculo absurdo e artificial interposto pelos Estados Unidos sob a forma do embargo será abolido mais tarde ou mais cedo.

«Lutamos pelo desenvolvimento da cooperação e das relações econômicas, técnicas e culturais entre as nações não só para acelerar a construção do socialismo em nosso país como também para estabelecer um firme alicerce para a coexistência pacífica entre as nações. — declara Chu En-Lai. Concluindo, Chu En-Lai conclama todos os membros do Partido a se esforçarem por superar o Primeiro Plano Quinquenal e a se preparar ativamente, em conjunto com o resto da nação, para o Segundo Plano Quinquenal.

A Linha de Massas do Partido e Outras Importantes Questões

ASPECTOS DO INFORME DE TENG SIAO-PING SOBRE A REFORMA DOS ESTATUTOS DO P. C. CHINÊS — CENTRALISMO DEMOCRÁTICO E DIREÇÃO COLETIVA

Um dos pontos do temário do VIII Congresso do P. C. Chinês é a revisão dos Estatutos do Partido, a fim de colocá-lo à altura das novas exigências criadas pela situação que atravessa o país. Sobre a revisão dos Estatutos do Partido apresentou um informe ao Congresso Teng Siao-Ping, membro do Bureau Político do Comitê Central.

Em seu informe, Teng Siao-Ping aborda as questões consideradas mais importantes na atualidade para a estrutura e a política orgânica do Partido. Estas são: a linha de massas do Partido, o centralismo democrático, a solidariedade e a unidade do Partido, o estabelecimento de padrões mais elevados para os membros do Partido, a ampliação dos direitos dos membros do Partido e problemas de organização.

Apresentando o quadro da situação que reconhecemos os Estatutos do Partido, Teng Siao-Ping disse que a situação na China se transformou grandemente desde o último Congresso realizado há onze anos. Naquela época se travava uma guerra e as áreas libertadas, dirigidas pelo Partido, estavam dispersas. Agora, a revolução democrática burguesa foi concluída e o país unificado. Na maior parte do país foi levada a efeito a tarefa da revolução socialista. O Partido Comunista tornou-se um partido no poder. Mas isto mesmo faz com que a linha de massas do Partido se torne mais importante do que nunca, uma vez que é fácil para um Partido no poder afastar-se das massas. A burocracia está crescendo entre os fun-

cionários do Partido e nas organizações governamentais. A linha de massas, disse Teng Siao-Ping, tem em vista duas coisas: a confiança em que as massas devem libertar-se e o estilo de trabalho «das massas e para as massas», que significa sistematizar as opiniões das massas e então popularizar essas opiniões entre as massas para a ação.

O Partido Comunista, que é um fiel servidor do povo só poderá dar uma orientação correta às massas concentrando a sabedoria das massas e sintetizando suas opiniões e experiências. Mesmo que seja feita uma síntese má, disse o informante, poderá ser corrigida oportunamente em resultado da constante consulta às massas e do estudo da ação prática das massas.

Dentre as medidas para assegurar a aplicação da linha de massas, Teng Siao-Ping enuncia a importância de os dirigentes irem às massas e estudarem acuradamente suas experiências e opiniões; e o fortalecimento da vida democrática no Partido e no país, a fim de assegurar a crítica vinda de baixo.

Falando sobre o centralismo democrático, Teng Siao-Ping disse que a debilidade atual era a super-centralização. Os órgãos dirigentes do Partido devem prestar atenção constante aos pontos de vista das organizações inferiores, enquanto os órgãos inferiores devem informar sobre seu trabalho aos órgãos colocados acima deles. Deve haver uma divisão conveniente das funções e poderes das organizações central e locais. A

livre discussão deve ser realizada pelas organizações inferiores do Partido, antes que seja tomada uma decisão política. Uma vez que esta seja tomada, deve ser acatada. Teng Siao-Ping também acentuou a necessidade da direção coletiva. Todos os assuntos importantes devem ser submetidos aos comitês do Partido e discutidos integralmente pelos membros presentes devendo ser tomadas decisões claras e então aplicadas pelos membros e pelos organismos do Exército de Libertação do Povo. O sistema de divisão de responsabilidades entre os comandantes, sob direção coletiva dos Comitês do Partido, foi comprovado como benéfico. O sistema de responsabilidade pessoal para o diretor de fábrica, sob direção coletiva do comitê do Partido, deve ser levado a prática em todas as empresas.

Outra medida que deverá fortalecer a democracia interna do Partido, disse Teng Siao-Ping, é a de que os Estatutos revisados estabeleçam que os delegados aos Congressos nacional, provinciais e de condados sejam eleitos por um prazo de 3 a 5 anos. Os Congressos reunirão-se a cada ano para discutir as questões mais importantes. Os Congressos poderão assim exercer mais efetivamente suas funções como o executor político mais alto e como órgãos supervisores do Partido.

Sobre o papel dos dirigentes do Partido, Teng Siao-Ping destacou que o Marxismo não considera que as massas façam a história, jamais negou o papel dos indivíduos de destaque ou o papel dos dirigentes de um Partido. O prestígio, experiência e influência dos dirigentes são preciosos patrimônios do Partido, da classe e do povo. Mas o dirigente de um partido da classe operária está entre as massas e o Partido. O carinho e apoio aos dirigentes que merecem a estima da classe, do Partido e do povo nada tem de comum com o culto a qualquer indivíduo. O Partido Comunista da China sempre teve em vista que nenhum indivíduo ou partido político é livre de fraqueza e erros em todas as suas atividades. Ao lutar por um nível mais elevado entre os membros do Partido, disse Teng Siao-Ping, o Partido está ao mesmo tempo ampliando seus direitos democráticos. Estes compreendem as seguintes normas nos Estatutos revisados: Que o desenvolvimento completo da iniciativa individual seja estabelecido como um direito dos membros do Partido; Que um membro do Partido possa reservar sua opinião ou submetê-la a um organismo dirigente se discordar da decisão do Partido, enquanto a execução incondicionalmente; Que a usurpação dos direitos dos membros do Partido constitui uma violação da disciplina partidária e deve ser condenada. Em relação aos deveres dos membros do Partido, uma das novas disposições conclama os membros do Partido a salvaguardar a solidariedade do Partido e consolidar sua unidade, concluiu Teng Siao-Ping.

Com a Greve, os Marítimos Levaram Os Armadores a Aceitar um Acôrd

SIGNIFICATIVA VITÓRIA DO PESSOAL DAS EMPRESAS PARTICULARES DE NAVEGAÇÃO — AUMENTO DE 15% SOBRE OS SALÁRIOS ANTERIORES A MARÇO E MAIS 25% DO RESULTADO DO AUMENTO DAS TARIFAS — ATITUDE CONCILIATÓRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO PRES. DA REPÚBLICA

Utilizando a greve como recurso extremo, os marítimos das empresas particulares alcançaram significativa vitória em sua luta pela equiparação dos salários aos do pessoal do Loide e da Costeira. Não foi ainda conseguida a equiparação; mas, o acôrdo firmado com os armadores, resulta num substancial melhoramento dos salários do pessoal das companhias particulares de navegação.

AOS ARMADORES, A RESPONSABILIDADE DA GREVE

A greve foi deflagrada no dia 20 do corrente. A responsabilidade da paralização coube inteiramente aos armado-

res, que há muitos meses se negavam a atender à fundada reivindicação dos marítimos, chegando mesmo a repelir

tôdas as propostas conciliatórias. Assim é que, no dia 18, os armadores rejeitavam uma proposta no sentido de que 25% do aumento dos fretes concedidos em março deste ano fossem recolhidos ao Banco do Brasil e incorporados aos salários dos marítimos das empresas particulares. Rejeitavam, também, uma proposta da Departamento Nacional do Trabalho de aumentos de 20, 18 e 15 por cento.

Pois bem: no acôrdo que pôs fim à greve os armadores concordaram na concessão de um aumento em bases, na verdade, superiores às dessas propostas conciliatórias. Basta este fato para caracterizar a inteira responsabilidade dos armadores pelas consequências da paralização dos navios das empresas particulares.

O ACÔRDO

Pelo acôrdo firmado, os marítimos das empresas particulares terão um aumento de 15 por cento sobre os salários anteriores a março de 1956, ao mesmo tempo que a percentagem de 25% do aumento tarifário sobre os fretes concedidos em março será integralmente aplicada para o melhoramento dos salários. Assim, o aumento será de 15% sobre os salários anteriores a março e mais a parcela de 25% sobre os aumentos

de fretes, que deverá ser distribuída entre os trabalhadores.

Levando-se em conta que os aumentos até agora obtidos pelos marítimos têm correspondido, em média, a 10 ou 20 por cento do aumento dos fretes, vê-se que o agora conquistado com a greve é superior a todos anteriores.

OUTRAS CONQUISTAS

O acôrdo estabelece ainda: extensão do aumento às categorias marítimas que não estavam recebendo decorrente do acôrdo firmado em março deste ano (rádio-telegrafistas, oficiais de náutica, enfermeiros, etc.); pagamento ao pessoal de pequena cabotagem dos mesmos salários percebidos pelos tripulantes de grande cabotagem, toda vez que trabalhem em linhas cujos fretes sejam cobrados na Tabela Geral para a grande cabotagem; manutenção de todos os direitos adquiridos pelos marítimos em razão de acordos, leis, decretos e portarias anteriores ao acôrdo firmado para pôr fim à greve

RESPEITADO O DIREITO DE GREVE

Duas cláusulas fundamentais constam ainda do acôrdo: nenhuma punição será aplicada contra qualquer gre-

vista por motivos relacionados com o movimento e pagamento dos dias de greve. Isto significa o reconhecimento da legalidade do movimento. É uma vitória da luta dos trabalhadores pelo respeito ao direito de greve, assegurado na Constituição.

A POSIÇÃO DO GOVERNO

Alguns órgãos do governo, particularmente a Diretoria da Marinha Mercante e elementos da Justiça do Trabalho, num parcialismo vergonhoso, tentaram secundar a intransigência dos armadores, declarando a greve «ilegal» e adotando medidas de intimidação. Chegou-se a ameaçar com a intervenção na Federação dos Marítimos, ao mesmo tempo que elementos do DOPS chegavam a prender grevistas visando a impedir a atuação dos piquetes de greve. Essas violências e ameaças foram, entretanto, rechassadas, não só em face da firmeza com que todos os marítimos (e não só os grevistas) e os sindicatos se dispuseram a defender o direito de greve, mas também da atitude ponderada de algumas autoridades governamentais, como o Ministro do Trabalho e o Presidente da República. Essas e outras autoridades procuram contribuir para uma solução razoável através de um acôrdo entre grevistas e armadores. O almirante Renato Guilhobel, chefe do Estado Maior da Armada, foi o fiador, em nome do Presidente da República, do acôrdo que pôs fim à greve.

A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

A greve resultou, sem dúvida, numa brilhante vitória dos marítimos, não só em face dos resultados alcançados, mas também da combatividade de que deram provas e da justiça como atuou o Comando da greve. O movimento era o último recurso com que contavam os trabalhadores para vencer a intransigência dos armadores. No entanto, é preciso assinalar que houve deficiência em sua organização, pois não obteve o mesmo grau de adesão em todos os Estados e em todos os navios das empresas particulares. A solidariedade moral dos trabalhadores do Loide e da Costeira, que não faltou, poderia ter sido, entretanto, muito melhor organizada. Condições políticas favoráveis, a disposição do Comando de Greve de negociar com a maior flexibilidade, o caráter pacífico que se imprimiu à luta, o apoio de parlamentares ligados ao governo e a inteira procedência das reivindicações apresentadas foram, no caso, os principais fatores do êxito do movimento, mais que sua própria organização.



Após exaustiva reunião de 16 horas, o comando da greve e representantes dos armadores, com o concurso de representantes do governo, chegaram ao acôrdo que pôs fim ao movimento paredista.

Aumentar as Correspondências Dos Centros Populosos do País

Voltamos hoje a insistir sobre o problema dos correspondentes dos centros populosos. Já publicamos, há algum tempo, uma página-roteiro sobre o trabalho desses correspondentes, que devem enviar para a VOZ OPERÁRIA matérias de interesse das capitais dos Estados e das principais cidades do país. Não há um esquema de assuntos para essas matérias. Entretanto, queremos sintetizar aqui algumas questões que ajudarão os correspondentes:

— VOZ OPERÁRIA é o órgão central da imprensa popular, de caráter nacional. Exerce, por isso, uma função unificadora e generaliza as experiências e iniciativas do movimento democrático brasileiro;

— Para que a VOZ exerça plenamente este papel, é absolutamente necessário que sua redação esteja informada do que se passa no país, nas cidades, etc. Para publicar essas correspondências, dispomos de três páginas: sindical, de campo e a "Voz dos leitores";

— As matérias e reportagens dos centros populosos devem ter em conta o fato de que a VOZ é principalmente um semanário de orientação e de generalização de experiências, e que não se interessa apenas pelo aspecto noticioso das questões;

— As matérias e reportagens devem abordar o processo de formação e desenvolvimento da frente única, concretamente, em cada cidade; da luta contra a carestia; da organização das massas em associações e comitês de bairros, em entidades civis e nacionalistas, femininas e juvenis, etc.; das lutas e movimentos pelas reivindicações populares locais; outros assuntos e fatos;

— Se não for possível enviar as matérias já redigidas e datilografadas, podem enviá-las apenas com os dados concretos, com os fatos secos, escritos à mão; não é necessário, de maneira nenhuma, que o correspondente seja jornalista ou intelectual, ou que escreva certo; basta que escreva inteligentemente e que tenha vivacidade e compreensão política para equacionar justamente os fatos.

Finalmente, uma última palavra. Após a violenta elevação das tarifas postais, o número de cartas destinadas à VOZ caiu em 50 por cento. Entretanto, em que pesem as crescentes dificuldades econômicas que todo o povo enfrenta, acreditamos que o acréscimo de 5 a 10 cruzeiros nas despesas de um trabalhador compensa a publicação de uma correspondência. A informação à VOZ OPERÁRIA, por meio de sua rede de correspondentes, e a consequente divulgação das correspondências enviadas, não é assunto destituído de importância. Antes pelo contrário, se esta tarefa for considerada como o merecido, ao mesmo tempo que amplia a difusão do jornal, muito poderá contribuir (se os dados remetidos ao jornal têm objetividade e são controlados na fonte) para o melhor conhecimento da realidade brasileira.

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

AO TÉRMINO do segundo mês da Campanha dos 20 Milhões não alcançamos, ainda, em todo o país, os 50% da cota. É grande, pois, o atraso e este precisa ser vencido, pois não se pode aceitar a derrota dos objetivos previstos. Os jornais populares precisam ser melhorados, precisam dar passos sérios no sentido de colocar-se à altura da situação política e das exigências que nosso povo faz à sua vanguarda.

Devemos pensar: que está entrvando a Campanha? Os amigos da imprensa popular têm dado provas de dedicação, de combatividade, de entusiasmo, toda vez que se trata de atender aos apêlos dos jornais democráticos, de assegurar sua circulação, de melhorá-los. É certo que agora, mais uma vez, estão dispostos a trabalhar, com ardor, pelo êxito da nova jornada que visa o reequipamento de nossa imprensa. Por que, pois, o atraso da atual Campanha?

O debate que, hoje, começa-se a travar, em torno das mais importantes questões relativas a nossa política, nossos objetivos políticos na atual situação do país e, em ligação com isso, em torno de nossos métodos de trabalho, de organização, de propaganda, colocam na ordem do dia numerosos problemas. Esse debate leva-nos a ver a necessidade de iniciar a análise crítica de nossas atividades no passado e no presente, à luz dos ensinamentos do XX Congresso do PCUS e da discussão que se lhe seguiu, e que prossegue, em todo o mundo — para a qual, de nossa parte, teremos que contribuir. É evidente que a compreensão disso não somente se checa com os métodos de lançamento e realização da Campanha, com a estreiteza desta, como revela a necessidade de modificações no conteúdo e na forma dos nossos órgãos de propaganda. A experiência de muitos anos deixa claro que os problemas de nossa im-

prensa não se podem resolver somente com campanhas financeiras destinadas a atender a objetivos que, no final, se revelam mais ou menos rotineiros. Por outro lado, também demonstra a experiência que tem sido, até agora, falsa a concepção dos problemas materiais e técnicos dos jornais populares, os quais devem concorrer com uma imprensa altamente desenvolvida do ponto de vista material e técnico.

Devemos reconhecer — e isso é muito importante quando se trata de empenhar todos os esforços para tornar vitoriosa a jornada dos 20 milhões — que, por um lado, é precisamente essa a experiência de dez anos dos nossos amigos e militantes e, por outro lado, a Campanha dos 20 Milhões foi lançada e se realiza nos mesmos moldes tradicionais, o que leva muitos a dela esperarem muito pouco ou nenhum progresso em relação às anteriores.

Um impulso ao trabalho da Campanha é, pois, inseparável do debate sobre os problemas de nossa imprensa, de seu conteúdo, de sua base técnica, de sua apresentação, de sua caracterização mesma como imprensa que deve ser da frente única, de todos quantos se colocarem ao lado da luta patriótica pela soberania nacional, pela democracia, pela melhoria das condições de vida do povo e pela convivência pacífica com tôdas as nações.

Se a Campanha não se faz dentro desse debate, se os que a realizam não têm uma perspectiva clara de seus resultados, se não tomam em suas mãos a parte que lhes cabe na grande tarefa de mudar o que está errado e começar a construir a imprensa que nosso povo precisa no momento, certamente não alcançaremos a vitória.

Unificação Nacional do Funcionalismo Público na Luta Pela Reclassificação

Lutam Pelo Reajustamento 500 Mil Trabalhadores Paulistanos

ATUALMENTE estão em luta pelo reajustamento de salários, em São Paulo, mais de 500 mil trabalhadores das principais corporações operárias. Após o aumento do salário-mínimo, a grande maioria do proletariado paulista passou a ganhar Cr\$ 3.700,00, inclusive operários qualificados e de categorias superiores que já ganhavam isso ou pouco menos. Mas, ao mesmo tempo, o aumento do salário-mínimo transformou-se em bandeira dos industriais e grandes comerciantes para justificar a elevação indiscriminada e vertical dos preços dos produtos manufaturados, gêneros alimentícios, utilidades e transportes. Criou-se, assim, um desequilíbrio que só o reajustamento geral dos salários pode nivelar.

Na capital paulista lutam pelo reajustamento, entre outras, as seguintes corporações: gráficos, metalúrgicos, marceneiros, trabalhadores em frigoríficos, em construção civil, comerciários, trabalhadores em laticínios, café e açúcar, em brinquedos e vidreiros do setor de espelhos, além dos servidores públicos estaduais.

Os gráficos reivindicam 1.700,00 cruzeiros e deram um prazo aos patrões (que se esgota hoje), estando marcada uma assembleia geral para amanhã. Os gráficos não estão aceitando trabalhos em horas extras, para apressar o acordo.

Os trabalhadores em frigoríficos realizaram uma das maiores assembleias de sua história, na qual rejeitaram novamente a contra-proposta patronal (Cr\$ 3,00 por hora) e decidiram intensificar a luta por 1.400 cruzeiros de aumento. Os metalúrgicos, igualmente, reivindicam 1.400 cruzeiros e vão-se reunir amanhã para deliberar sobre a contra-proposta dos patrões.

MAIOR ATENÇÃO AO PROJETO SOBRE APOSENTADORIA INTEGRAL

NECESSÁRIO UM MOVIMENTO DE APOIO AO PROJETO CELSO PECANHA QUE ESTABELECE A APOSENTADORIA AOS 55 ANOS DE IDADE E 35 DE TRABALHO

Há na Câmara dos Deputados um projeto do sr. Celso Pecanha (projeto 43/55) que restabelece a aposentadoria integral aos 55 anos de idade e aos 35 de serviço. Como se sabe, a medida foi motivo de projeto governamental aprovado pelo Congresso, durante o governo Vargas, mas vetado pelo governo Café Filho, após o golpe de 24 de agosto.

PROMESSAS DE JUSCELINO

Durante a campanha eleitoral, os sr. Juscelino Kubitschek e João Goulart fizeram dessa sentida reivindicação dos trabalhadores um ponto básico da plataforma com que se apresentaram para disputar os sufrágios populares. O sr. Kubitschek em vários comícios chegou a afirmar que, logo fosse empossado, um dos seus primeiros atos seria enviar mensagem ao Congresso estabelecendo aposentadoria integral aos 55 anos de idade e aos 35 de serviço. Mas até hoje, o governo não tomou nenhuma iniciativa neste sentido.

UMA CAMPANHA

É evidente que os sindicatos e os trabalhadores, levando em conta as promessas do atual governo e o fato de que já existe na Câmara o projeto Celso Pecanha, saberão aproveitar a oportunidade para conquistar esta sentida reivindicação através de um amplo movimento para que o projeto 43/55 seja urgentemente votado e aprovado pelo Parlamento.

O PROJETO CELSO PECANHA

O projeto Celso Pecanha estabelece para os associados

dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, maiores de 55 anos de idade e que houverem pago pelo menos sessenta contribuições mensais a aposentadoria originária nas seguintes bases: 1 — aos trinta e cinco anos de serviço, com salário integral; 2 — aos trinta anos de serviço, com oitenta por cento do salário.

Para custear essas despesas o projeto apresenta além das receitas previstas pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, a criação de um selo de aposentadoria no valor de 20 cruzeiros, a ser pago em bilhetes de loteria, nas petições iniciais de todos os processos judiciais, em todos os depósitos bancários, declarações de imposto de renda, recibos passados à União, aos Estados, Municípios e instituições autárquicas, em todas as guias de importação e exportação (desde que todas essas transações sejam superiores a 100 mil cruzeiros) em todas as ações e notas de sociedade civil e comercial de capital superior a 500 mil cruzeiros, nos quadros de horário de trabalho, nos passaportes, nos balanços de sociedades civis e comerciais, nos recibos de empacamento anual de carros particulares.

O projeto cria ainda a «contribuição à aposentadoria» que será paga por todas as associações desportivas de corridas de cavalo, à base de 2% sobre o volume das apostas recolhidas.

Os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões ficam autorizados a aplicar 20% dos lucros líquidos da carteira de acidentados do trabalho que tenham instaladas ou venham a instalar.

Os servidores públicos do país já iniciaram o debate do projeto de reclassificação, enviado pelo governo ao parlamento, assim como do projeto de substitutivo elaborado por suas organizações. Como se sabe, o sr. Juscelino Kubitschek enviou o projeto à Câmara dos Deputados no prazo (180 dias) que havia prometido aos servidores, mas as entidades do funcionalismo consideram-no imperfeito e contendo vários defeitos e injustiças.

Entre as principais falhas do projeto do Executivo, são apontadas a falta do enquadramento específico (os servidores não sabem onde ficarão e nada poderão fazer depois da aprovação do projeto), a exclusão do pessoal das verbas, a contagem do tempo de agora em diante e o critério de promoção só por merecimento os servidores desejam a contagem de todo o tempo que o funcionário realmente tem e o aproveitamento do mesmo para a promoção.

O funcionalismo deseja a reclassificação moralize realmente a situação existente e acabe com o regime do filhoteísmo.

Para que todo o funcionalismo civil do país possa

manifestar-se sobre o projeto de substitutivo, debatê-lo, emendá-lo ou modificá-lo, a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) e numerosas outras entidades (U.D.S.P.T., A.S.D.N.E.R., A.S.D.E.N.E.R.U., A.M.D.F., etc.) criaram uma Congregação para unificar nacionalmente as organizações existentes, encaminhar o debate e a luta pela aprovação do substitutivo a ser apresentada.

ORGANIZAÇÃO

Em cumprimento de uma das resoluções do III Congresso Nacional dos Servidores (Salvador — Julho de 1956), as entidades mais representativas dos funcionários estão entrando em entendimentos para a realização de uma reunião de presidentes de organização de todo o país, possivelmente em fins de outubro próximo. Esse importantíssimo encontro visará dar os primeiros passos para a unificação de todo o funcionalismo público do país e de todas as suas entidades em ampla e poderosa organização.

Esperam as entidades que estão tomando essa iniciativa que, dessa maneira, possam conduzir uma luta ampla, organizada e unitária pela classificação — principal reivindicação do funcionalismo — e, ao mesmo tempo, sair dessa campanha mais fortes que nunca, através da unificação efetiva do funcionalismo.

RETIFICAÇÃO

No último número da VOZ OPERÁRIA, em virtude de dificuldades técnicas que afetam nossos serviços no momento, saíram alguns cochilos de revisão. Entre estes figura um subtítulo, na matéria da 4ª página subordinada ao título "Pronuncia-se o P.C. Português sobre o XX Congresso do P.C.U.S.". Nesta matéria onde se lê "405 caminhos para o socialismo" deve-se ler: "Os caminhos para o socialismo". O cochilo é, assim, facilmente identificável.

DESTRUINDO UMA ALEGAÇÃO CAPCIOSA

Apresentando, assim, os meios adequados a uma receita das instituições de previdência capaz de custear as despesas com a aposentadoria integral, o projeto Celso Pecanha retira a capciosa alegação de que os Institutos, a indústria e o comércio ficariam sobrecarregados com a medida.

LÍDERES SINDICAIS ENCONTRAM-SE COM O PRESIDENTE



DIRIGENTES sindicais paulistas foram recentemente recebidos pelo presidente Kubitschek, a quem apresentaram as reivindicações pelas quais luta o Pacto de Unidade Intersindical à frente dos trabalhadores do Estado de São Paulo. Os líderes sindicais expressaram ao sr. Kubitschek o descontentamento dos operários e do povo, diante da constante elevação do custo da vida, inclusive recordando que a promessa que o governo lhes fez (congelamento dos preços de sete gêneros por 180 dias) não havia sido mantida. Outras reivindicações apresentadas foram: nomeação de dirigentes sindicais para o plenário da COAP, para a delegacia do IAPL e de trabalhadores para fiscais da COAP, respeito à liberdade de imprensa e ao direito de sindicalização rural. NA FOTO, aspecto do encontro.



Na mesa de uma das sessões do III Congresso Nacional dos Servidores, vêm-se o representante do governador Bahiano, o deputado Vieira de Melo, representante do presidente da República, e os dirigentes da UNSP, sr. Lício Hauser e Edgard Leite Ferreira.

AMEAÇA DE DESEMPRÊGO NA VALE DO RIO DOCE

Há uns quinze dias os ferroviários da Cia. Vale do Rio Doce conquistaram um aumento geral de salários, reivindicação por que lutavam há muito tempo. Agora informa-se de Vitória que a companhia pretende reduzir sensivelmente as despesas com o aumento de salários, aplicando uma manobra verdadeiramente imoral. Trata-se de despedir centenas de trabalhadores e readmiti-los, posteriormente, a base dos salários mínimos locais (Cr\$ 2.850,00 no interior de Minas Gerais e Cr\$ 2.500,00 no interior do Espírito Santo).

Segundo a «Folha Capixaba», de Vitória, já está sendo elaborada uma longa lista dos ferroviários que serão dispensados a título de «economias». O aumento dos ferroviários da Vitória-Minas está sendo pago à base da liberação das bonificações dos dólares de exportação, o que não onera o orçamento da empresa. A denúncia desta manobra

contra os ferroviários da Vale do Rio Doce foi feita também da tribuna da Assembleia Estadual por vários parlamentares, o que é um indicio de que existe realmente a ameaça de se reproduzir a manobra realizada pela mesma companhia em 1945, quando centenas de trabalhadores foram despedidos a título de «economias» e depois readmitidos com salários menores. Diante disso é necessário que os trabalhadores e o Sindicato dos Ferroviários estejam vigilantes para impedir este atentado contra seus direitos.

AUMENTO DAS DIÁRIAS DOS ACIDENTADOS

O sr. Juscelino Kubitschek assinou esta semana projeto aprovado pelo Congresso que modifica dispositivos da Lei de Acidentes do Trabalho. As modificações introduzidas são favoráveis aos trabalhadores e representam uma vitória da luta longamente sustentada por diversas entidades sindicais no sentido de serem melhorados os salários dos acidentados.

Pelos novos dispositivos o trabalhador acidentado não poderá, de nenhum modo, perceber salário inferior ao salário-mínimo da região, nem superior à diária correspondente a 1/30 do salário mensal que recebia efetivamente. Deste modo, o salário dos acidentados, numa região como a do Distrito Federal, será, em média, de uma vez e meia o salário-mínimo.

Os trabalhadores batiam-se pelo pagamento do salário integral, em caso de acidente, o que é uma reivindicação justa e necessária. Entretanto, nas condições atuais, as bases agora fixadas são relativamente satisfatórias, e constituem uma vitória da campanha em que se empenham os trabalhadores pelo melhoramento e pela democratização da previdência social.

Os Latifundiários Querem Espoliar Todos Os Direitos dos Colonos de Café

OS LATIFUNDIÁRIOS do café empenham-se, no momento, em intensificar a exploração dos colonos, espoliando seus direitos e dificultando ou tentando impedir sua organização sindical. Eis como isso é feito:

1) Os contratos não levam em conta os direitos assegurados em lei aos colonos, a começar pelo salário-mínimo, e continuam impondo no meroas formas de exploração semi-feudais, como a proibição de sair da fazenda sem licença, etc.

2) Os latifundiários mobilizam a polícia, em diversas regiões, contra a organização sindical dos colonos. É o que ocorre, por exemplo, no norte do Paraná (Londrina, Nova Fátima, etc.) e vem ocorrendo em São Paulo, onde os sindicatos têm sido alvo de ataques policiais (Ribeirão Preto, Valparaíso, Tabatinga, etc.) e seus dirigentes perseguidos ou presos.

3) Através de seus representantes na Câmara, os latifundiários tentam, atualmente, na elaboração do projeto de extensão ao campo do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, espoliar completamente os colonos, suprimindo-lhes direitos de há muito assegurados pela própria CLT e por sua legislação complementar.

OS CONTRATOS

Os contratos para o ano agrícola de 1956-1957, cuja vigência em geral está, agora (1º de outubro) para começar no interior de São Paulo, não respeitam o salário-mínimo. Tomemos para exemplo um contrato padrão da Fazenda Santa Antonieta, propriedade do sr. Cristiano Altenfelder Silva, em Marília, São Paulo. Estabelece o preço de \$4.000,00 pelo trato de mil pés de café. Ora, o salário-mínimo na região de Marília é \$3.300,00. Tratando 3 mil pés por ano (esta é a média) o colono receberá ao fim do ano, um total de \$12.000,00 — quando mais do que isso de acordo com a lei, deveria receber apenas por mil pés, ganhando, no total, \$39.200,00. O direito de plantar uma carreira de feijão em 30% das áreas que plantar, e outras pequenas vantagens, estão longe de compensar a espoliação da salário-mínimo.

Além disso, o contrato impõe inúmeras restrições, como a proibição de sair da fazenda sem licença, a obrigatoriedade de atender chamados para serviço a qualquer hora, inclusive serviços gratuitos, sob pena de descontos, etc.

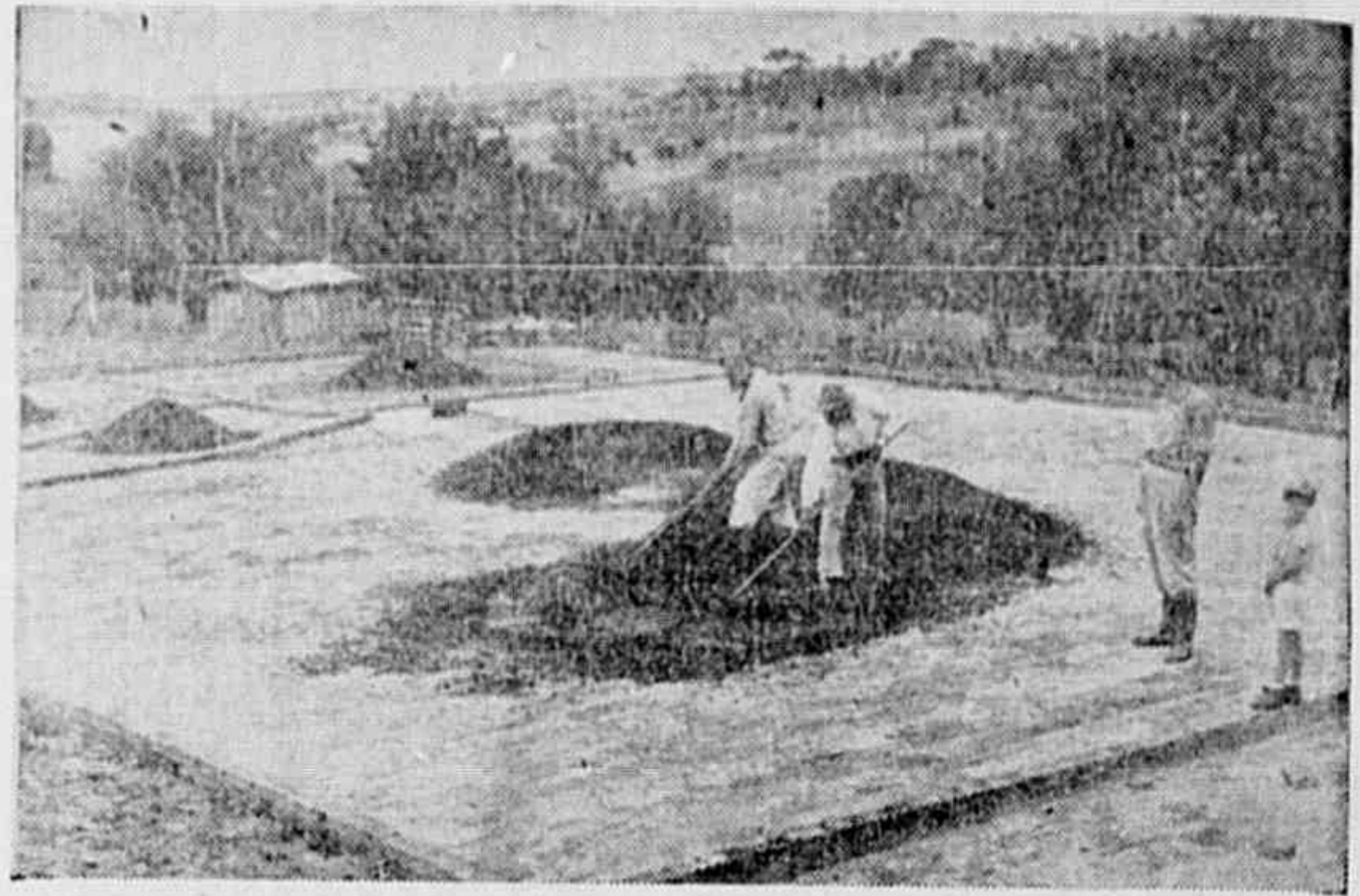
Mas é através do projeto ora em discussão na Câmara, de extensão do regime jurídico da CLT ao campo, que os latifundiários do café pretendem legalizar a intensificação da exploração dos colonos, espoliando seus direitos.

OS CONTRATOS PARA O ANO AGRÍCOLA DE 1956-57 NÃO RESPEITAM O SALÁRIO-MÍNIMO — PERSEGUIÇÕES AO MOVIMENTO SINDICAL NO INTERIOR PAULISTA E PARANAENSE — OFENSIVA, NA CÂMARA, VISANDO LIQUIDAR VEJAS CONQUISTAS DOS COLONOS

Não somente o trabalho elaborado pelo deputado Lourival Almeida, relator da comissão interpartidária que estudou a matéria, excluiu os colonos dos direitos já assegurados pela CLT, espoliando-os. Essa foi a tendência surgida nos diversos substitutivos ao 4264, no momento em que o chamado «bloco ruralista» foi surpreendido com a urgência concedida, na Câmara, ao projeto do sr. Getúlio Vargas: assim o estabelecia o substitutivo Arinos e o Segadas Viana, esse tendo serviço de base no trabalho da comissão interpartidária. Assim é que se pretende roubar aos colonos o salário-mínimo, o repouso semanal remunerado as férias, etc., colocando-os completamente à mercê dos fazendeiros.

BATALHA

Esse é, pois, um momento importante na luta dos colonos. Eles tem que lutar para defender seus direitos. Em muitas fazendas os colonos, lutam pelo aumento do preço por mil pés — pelo pagamento do salário-mínimo — e, ao mesmo tempo, reforçam seus sindicatos, defendendo-os contra a reação dos latifundiários. Novos sindicatos estão sendo fundados. E a todos se coloca um problema urgente: influir junto à Câmara para que seja aprovada uma lei que realmente beneficie aos trabalhadores rurais e não que os espolie, como pretendem os latifundiários e seus reus representantes no Congresso Nacional.



EXPULSAM OS COLONOS PARA FAZER PASTAGENS NAS PLANTAÇÕES DE ARROZ

OS LATIFUNDIÁRIOS ESTÃO FAZENDO DESAPARECER, AOS POUCOS, A CULTURA DO ARROZ NO NORTE FLUMINENSE E SUBSTITUINDO-A PELA PECUÁRIA

VERIFICA-SE, atualmente, uma redução brusca do cultivo do arroz, no norte fluminense. O município de Miracema é um exemplo: era essencialmente produtor de arroz e hoje a maior parte de suas terras são ocupadas pela pecuária. A população diminui em ritmo crescente, pois os camponeses são obrigados a procurar outras regiões para plantar suas roças.

A maioria das propriedades — cuja área varia entre 100 e 120 alqueires — está-se transformando em pastagens, não sendo muitas as que ainda mantêm a cultura do arroz ou de café. As vantagens de que tem gozado os pecuaristas (que nunca são estensivas aos pequenos e médios agricultores), como moratórias, aumentos dos preços dos produtos da pecuária, etc., estimulam a criação de gado em lugar da lavoura. O último aumento do preço do leite determinou que muitos proprietários, jogassem os seus colonos fora das propriedades, e com o fim de adaptá-las à criação de gado leiteiro. Há na região, inúmeros nos recentemente lançados à miséria, em consequência disso.

O PROBLEMA DO SALÁRIO

Em geral os que trabalham no campo, nesta região, são assalariados durante metade do ano e colonos (plantam

roças próprias) na outra metade. Como assalariados eles não ganham o salário-mínimo e os fazendeiros não lhes reconhecem quaisquer direitos. Os salários variam entre \$15,00 e \$25,00 — a seco! Em geral eles passam fome. Há os que trabalham todo o dia com uma pedra de sal na boca e alguns goles de água, porque não tem o que comer. Não se respeita a jornada de 8 horas. Os trabalhadores são obrigados a fazer uma jornada de 10, 12 e mais horas, mediante aquele salário miserável.

OS COLONOS DO ARROZ

A quase totalidade dos colonos se encontra no cultivo do arroz. Trabalham na terra alheia, na base da meia. O dono da terra às vezes limita-se a arar. O colono faz todo o resto e entrega metade da colheita. Quando acontece que o dono da terra compra a parte do meiteiro, paga preços de 10% a 15% inferiores aos do mercado.

São as seguintes as reivindicações mais sentidas dos colonos do arroz: 1) — crédito no Banco do Brasil; atualmente, todo o crédito que eles têm é com os comerciantes e estes sempre o cortam quando falta chuva e a lavoura começa a ter as folhas «queimadas»; 2) — fornecimento de sementes gratuitas; atualmente eles tem que comprar as sementes, comprar adubos por preços elevados e alugar arados puxados a boi, pagando até 300 cruzeiros por dia, pois não há qualquer ajuda técnica do governo; 3) — garantia de preços mínimo para o arroz.

A reforma agrária é uma medida indispensável à melhoria da situação dos colonos de arroz do norte fluminense, inclusive porque, não sendo eles os donos da terra, encontram-se sob ameaça de expulsão, quando já não foram expulsos. Os fazendeiros só querem fazer pastagens. Dizem eles que a pecuária dá mais lucro do que o arroz, o feijão ou o milho.



CÂMARA MUNICIPAL P E D E EXTENSÃO DA CLT AO CAMPO

A CÂMARA Municipal de São João da Boa Vista (São Paulo) enviou ao presidente da República, à Câmara e ao Senado o seguinte ofício:

«Atendendo a requerimento dos vereadores Helio Lombardi Aguiar, Rosário Mazzi e Gervásio Joaquim dos Santos, aceito unanimemente, esta Câmara vem, pelo presente ofício, dizer que tem tomado conhecimento das discussões que visam estender aos trabalhadores rurais a Consolidação das Leis do Trabalho e entende a necessidade de tal aplicação. Tratando-se de justa medida, espera seja a mesma aprovada, pelo que congratula-se com VV Excias.

Sem outro particular, reiteramos a VV. Excias, os nossos protestos de elevada estima e consideração. Cordiais saudações. A) — ALEXIS HAKIN, presidente».

Esta é a primeira câmara municipal brasileira que se manifesta favoravelmente à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores rurais na lei a ser aprovada pelo parlamento e ora em discussão em uma comissão interpartidária. O apoio das câmaras municipais será, de certo, uma valiosa contribuição para a vitória dos interesses dos assalariados agrícolas e colonos.

Estuda Medidas Pela Reforma Agrária o Governador do Amazonas

O GOVERNADOR Plínio Coelho, do Amazonas, convocou uma reunião da bancada de seu partido (PTB) na Assembléia Legislativa do Estado, para discutir os meios de realizar uma reforma agrária naquela unidade da federação.

Segundo notícia a imprensa de Manaus, o governador amazonense vem estudando pessoalmente a questão, desde algum tempo, e encontra-se disposto a adotar medidas para uma melhor distribuição da terra no Estado, de modo a que milhares de camponeses, atualmente sem um pedaço de terra própria, venham a possuir sua propriedade.

A reunião foi convocada pelo governador por sugestão do líder da maioria na Câmara, deputado Xenofonte Antony, esperando-se que venha a ser estudada a apresentação de um projeto, com aquele objetivo, à Assembléia Estadual.

O movimento pela realização de uma reforma agrária vem se desenvolvendo nos Estados do norte do país, particularmente no Amazonas e no Pará. No Pará a Comissão Estadual Pela Reforma Agrária conta com o apoio de parlamentares, membros do governo, dos sindicatos, de numerosos prefeitos, etc. Quando se reuniu, em Fortaleza, a IV Conferência Rural Brasileira, a delegação paraense defendeu, no plenário do conclave, a urgência da reforma agrária, tendo resolvido, além disso, fazer estudos para apresentação, à Assembléia Legislativa Estadual, de um projeto de lei nesse sentido.

Os camponeses e todos os círculos democráticos daqueles Estados apoiarão, sem dúvida, qualquer iniciativa visando dar um passo à frente no sentido da reforma agrária.

Ganham \$70 ou \$80 (e as Mulheres \$30 ou \$35) Quando o Salário-Mínimo é 116,70 Por Dia!



OS TRABALHADORES da Usina Oiteiro alcançaram uma vitória quando, em fins de agosto, levaram o gerente da Usina, Loureiro, a assinar suas carteiras com o novo salário-mínimo (\$3.500,00 na região). Correria a notícia de que o usineiro estava disposto a não pagar os novos níveis de salário. Diante disso uma comissão (cerca de quarenta trabalhadores) foi ao escritório e exigiu a assinatura das carteiras com a anotação dos \$3.500,00. O gerente mandou anotar. No dia seguinte chegou o usineiro, sr. Maciel Filho, que se desesperou contra esta decisão, mas não pôde revogá-la.

pois os trabalhadores estavam dispostos a mantê-la.

AS EMPREITADAS

A Usina utiliza muito as empreitadas. Numerosos empreiteiros trabalham com turmas de 10 a 20 pessoas, incluindo mulheres e crianças. Isso é muito comum nas usinas de açúcar de Campos. É uma forma de exploração ainda maior.

O usineiro contrata o empreiteiro e este arranja os trabalhadores, por sua conta. A usina nada tem a ver com estes que, em geral, são trabalhadores despedidos de outras usinas ou fazendas.

O preço da empreitada é geralmente imposto pelo usineiro. O trabalho é muito duro e o ganho é muito pouco. As vezes os homens deixam de trabalhar por não terem nada para comer. Em 8 horas de trabalho, 12 homens cortam de 26 a 28 toneladas de cana, fazendo um esforço exaustivo, debaixo de sol. E ganham, por esse trabalho, um salário de \$75,00 a \$80,00. As mulheres, porém, mesmo trabalhando, ganham \$30,00 a \$35,00 e os menores \$20,00 a \$25,00.

Quando os trabalhadores reclamam e dizem que o salário-mínimo é de \$3.500,00 e, portanto, eles devem ganhar \$116,70 por dia, o empreiteiro responde que a culpa é do usineiro, que lhe impõe condições absurdas na empreitada e lhe paga um preço baixo. Além disso o usineiro ainda rouba o empreiteiro na pesagem da cana. Os empreiteiros reivindicam aumento.

Muitas vezes a própria usina utiliza trabalhadores eventuais, chamados «pontos extra». A estes está pagando \$100,00 diários (roubando, portanto, os \$16,70 que faltam para completar o salário-mínimo). Eles não tem qualquer direito.

OS LAVRADORES

Um grande número de fornecedores deixou, este ano, de entregar cana à Usina Oiteiro. A usina costuma levar meses e meses sem pagar aos fornecedores. Quando estes começaram a deixar de fornecer e passaram a entregar cana a outras usinas (principalmente à Sapucaia) o sr. Maciel Filho resolveu tomar uma providência para não perder todos os fornecimentos. Então passou a lançar mão do dinheiro dos trabalhadores para pagar a cana e, mesmo, dar bonificação aos fornecedores. Estes, no entanto, ainda continuam sendo prejudicados pelo usineiro.

REVOLTANTE

Um fato que despertou revolta entre os trabalhadores foi o acontecido ao mecânico da usina, Manuel do Nascimento, conhecido como Manuel nº 2. Este morava em uma casa com sua família e estava com o pagamento do aluguel atrasado porque a usina não lhe paga salário há 5 meses. O proprietário da casa pediu a Manuel que se ocupasse, descontando a dívida. O operário, então, pediu um casa à usina e o químico Bandeira lhe respondeu: «qual a casa que estão construindo ali será sua». Manuel acreditou e, logo depois, tratou de mudar-se.

Mas, quando o mecânico ocupou a casa, o gerente da usina, Loureiro, chamou a polícia e mandou despejá-lo violentamente, com a família. O fato causou indignação. Todos os seus companheiros da oficina mecânica reuniram-se e foram protestar no escritório e exigiram sua volta. A usina estava devendo a Manuel Nascimento 5 meses de salário e 2 períodos de férias.

(Do correspondente da VOZ em Campos, Estado do Rio)

FUNDADO O SINDICATO RURAL DE URUPÊS

NA PRIMEIRA quinzena do mês corrente foi fundado o Sindicato dos Colonos e Trabalhadores Rurais de Urupês (São Paulo). Centenas de trabalhadores do campo estiveram presente à assembleia de fundação do sindicato.

Especialmente convidados, estiveram presentes à assembleia o presidente do Sindicato dos Textéis de S. Paulo, sr. Nelson Rusconi, o dirigente sindical paulista Luis Firmino, o juiz de Menores e o diretor do Grupo Escolar do Município, um representante do sindicato rural de Catanduva, sr. José Garcia da Silva e um representante da ULTAB, sr. Sebastião Dinart.

O Sindicato de Urupês teve como patrono o Sindicato dos Textéis de São Paulo.

A assembleia elegeu a diretoria provisória da entidade, que é a seguinte: presidente — Bráulio de Oliveira; 1º secretário — Joaquim de Oliveira; 2º secretário — Sebastião Ataíde; 1º tesoureiro — Izaltino Pereira da Silva; 2º tesoureiro — João Paulo da Silva. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Vicente Schmidt, Sebastião Ribeiro da Silva e João Felizardo.

Dentro de 60 dias o Sindicato deverá realizar uma assembleia, na qual será pedido ao Ministério do Trabalho o reconhecimento da entidade.

Novo Projeto Dos Trabalhadores Rurais Talvez já na Próxima Semana na Câmara

CONTINUA a comissão interpartidária da Câmara o debate do anteprojeto de lei de extensão ao campo do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar. Espera-se que, na próxima semana, possa o projeto ser levado ao plenário, devendo o PTB requerer urgência para o mesmo tal como consta do acórdão feito com os líderes das demais bancadas. Até o momento a comissão já chegou a um entendimento em relação a algumas questões importantes. Eis o que está estabelecido até agora:

1 — DEFINIÇÃO DE TRABALHADOR RURAL

A comissão aceitou a definição de trabalhador rural constante do substitutivo Segadas Viana ao antigo projeto 4.264. Dêsse modo, estabelece as seguintes categorias:

1) — EMPREGADOS: aqueles que prestam serviço de natureza não eventual a título de salário, na agricultura ou pecuária. Estes terão assegurados os direitos da legislação trabalhista, como o salário-mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio, etc.

2) — PROVISÓRIOS: aqueles que prestam serviço de natureza eventual na agricultura ou pecuária, a título de salário. Estes terão negados vários direitos da legislação social, como férias, etc. Essa classificação dá aos latifundiários a possibilidade de considerar os assalariados todos como eventuais, sonogando-lhes direitos.

3) — COLONOS: aqueles que executam determinadas tarefas mediante contrato e formas especiais de pagamento, isto é, os que já são, hoje assim denominados. O anteprojeto sonoga aos colonos praticamente todos os direitos da legislação trabalhista, a começar pelo salário-mínimo e permite aos latifundiários utilizar várias formas de exploração como os descontos diversos, etc.

4) — PARCEIROS: os que trabalham mediante divisão da colheita.

2 — CARTEIRA PROFISSIONAL

O anteprojeto estabelece a Carteira do Trabalhador Rural, obrigatória para todas as categorias de trabalhadores, maiores de 14 anos, em todo o território nacional. Determina as normas para anotação das carteiras e as penalidades no caso de recusa de anotação.

3 — PREVIDÊNCIA SOCIAL

O anteprojeto prevê a realização, pelo governo, no prazo de 120 dias (prorrogável) de um «censo dos agrários». A partir deste recenseamento, pelo qual deverão ser conhecidos o número, as condições de habitação e de trabalho, os níveis de salários, etc, dos trabalhadores rurais, o Executivo preparará um projeto de extensão da previdência social ao campo.

4 — JULGAMENTO DOS DISSÍDIOS

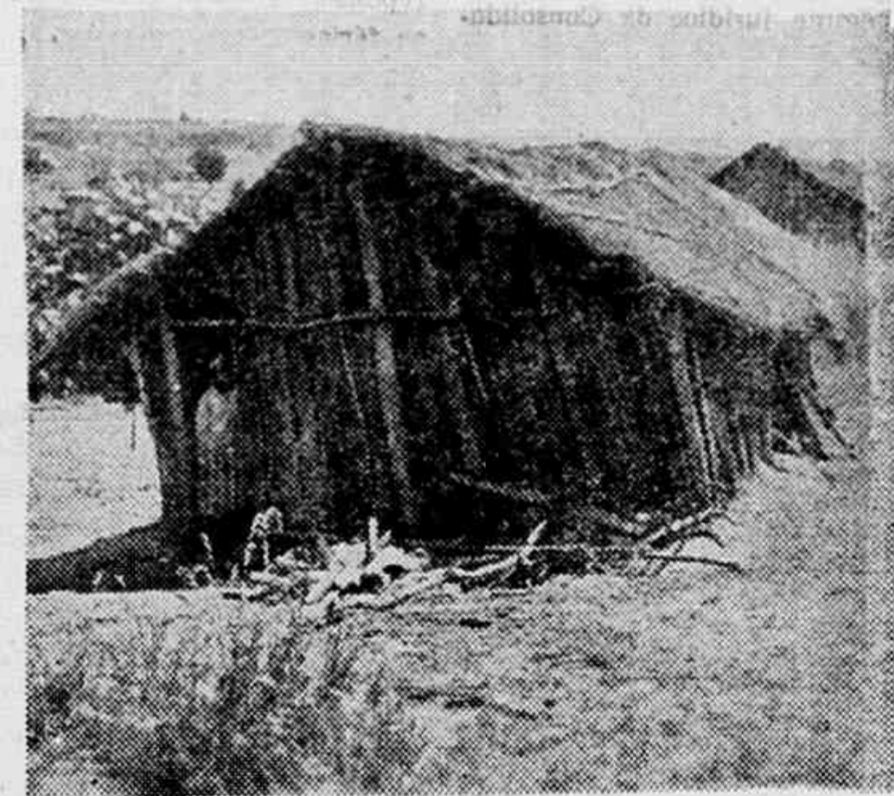
O julgamento das questões caberá, inicialmente, às juntas do serviço Social Rural. Não conseguindo a junta um acórdão entre as partes, caberá à Justiça do Trabalho decidir. Dêsse modo, pelo me-

nos inicialmente, serão os representantes dos próprios latifundiários (que dirigirão o SSR) os que vão promover a «conciliação» com os trabalhadores por eles explorados...

5 — JORNADA DE OITO HORAS

A jornada de trabalho será de 8 horas, podendo, porém, ser prorrogada ou reduzida conforme as conveniências da atividade rural, em determinados momentos. O número de horas de trabalho durante um semestre não poderá porém exceder ao total de 8 hs. diárias. Será considerado trabalho noturno o realizado entre às 21 horas e as 4 horas da madrugada. A não ser em casos excepcionais, o trabalho noturno e o extraordinário será pago com os acréscimos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A comissão interpartidária deverá concluir seus trabalhos dentro de alguns dias. Espera-se que receba sugestões dos trabalhadores ao projeto. Os trabalhadores rurais e suas organizações estão se dirigindo aos deputados, reclamando a aprovação de um projeto que realmente lhes beneficie e não que lhes roube direitos, como pretendem os latifundiários.



ANUNCIA O MINISTÉRIO DA FAZENDA PREÇO MÍNIMO DE Cr\$ 150,00 PARA O ALGODÃO

EM NOTA distribuída à imprensa, o Ministério da Fazenda anuncia estar de acordo com a fixação do preço mínimo do algodão, para a safra de 1956-57, em Cr\$ 150,00. Acrescenta que este é o parecer dos técnicos aos quais incumbiu de estudar a matéria. Deve-se dizer que esta é, em primeiro lugar, a opinião dos dirigentes da Confederação Rural, anteriormente exposta ao sr. Alkimin pelo deputado Iris Meinberg, presidente da CRB. E a opinião do governo de São Paulo, conhecida pelo pronunciamento de seu secretário da Agricultura.

O Ministério da Fazenda revelou-se, pois, disposto a pôr de lado os interesses dos cotonicultores, aos quais o preço mínimo de Cr\$ 150,00 absolutamente não satisfaz. Já na safra passada, em congressos (Assis e Presidente Prudente) e outras manifestações coletivas, os produtores de algodão reclamaram o mínimo de Cr\$ 180,00. O governo fixou Cr\$ 135,00 — depois de ter-se recusado a discutir com os interessados a questão. Agora, considera o sr. José Maria Alkimin que um acréscimo de apenas Cr\$ 15,00 ao preço da safra anterior é o bastante. Põe de lado, assim, não somente o encarecimento geral das utilidades, o fato de não ter havido distribuição gratuita de sementes, etc, como as graves conseqüências do clima, que causou enormes prejuízos aos cotonicultores paulistas, arruinando completamente a muitos e levando outros a enfrentar sérias dificuldades.

A FARESP, no entanto, reclamou o preço mínimo de Cr\$ 180,00.

(NA FOTO ao alto, rancho em que mora um pequeno cotonicultor da Alta Sorocabana, São Paulo com sua família. Muitos já não tem mais nem rancho como esse. Foram tangidos das roças pela miséria, e o governo se recusa a olhar por seus interesses).

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 100,00

Semestral . . . Cr\$ 50,00

Trimestral . . . Cr\$ 25,00

Núm. avulso. Cr\$ 1,50

Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Aérea ou sob registro, despesas a parte

Preço no Rio Grande do Sul Sta. Catarina e Paraná, Cr\$ 2,00

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29.

2º and. Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.648

s/ 74. 7º and.

quadros da Nova China

UM POVO DE 600 MILHÕES CONSTRÓI AS BASES DO SOCIALISMO E ASPIRA À PAZ E A AMIZADE COM TODOS OS PAÍSES DO MUNDO



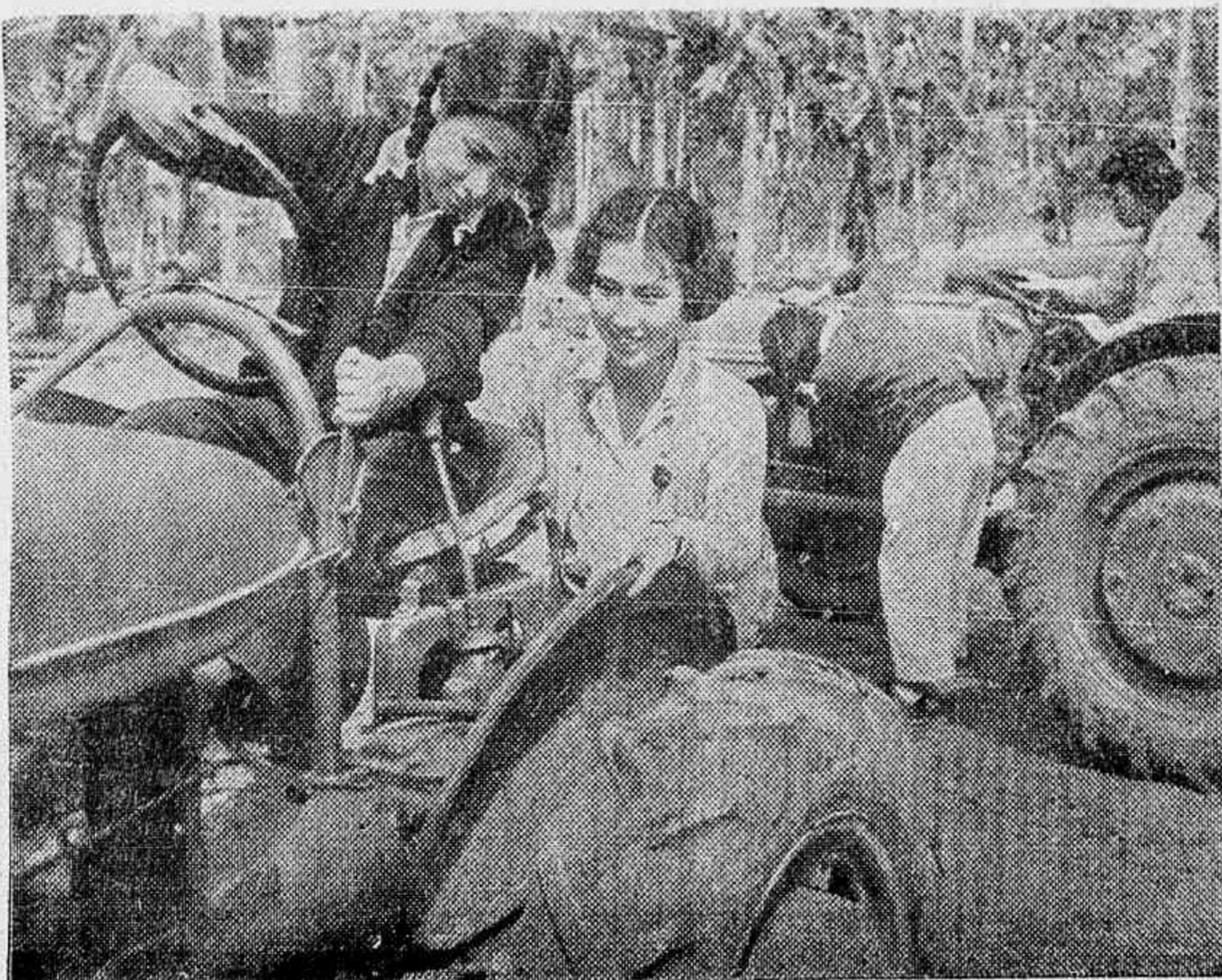
O grande povo chinês de seiscentos milhões de almas, que deu ao nosso país uma brilhante mostra de sensibilidade com os maravilhosos artistas da Ópera de Pequim, tem no momento um duplo motivo de alegria e de esperança: a realização do VIII Congresso do Partido Comunista e o sétimo aniversário da proclamação da República Popular a 1.º de outubro.

Assinalando fatos de tão grande relevo na história contemporânea desse povo culto e laborioso, que se impõe crescentemente à admiração de todos os países, divulgamos alguns aspectos da nova vida que a China Popular edifica. São cenas de trabalho na cidade e no campo, algo que fala da construção das bases de uma outra sociedade, uma sociedade democrática, que surge como coroamento da grande luta travada pela China milenar, tendo à frente os comunistas e as demais correntes de vanguarda, unidas por um ideal comum. O magnífico esforço que a China realiza em todos os campos da atividade, fez do país há poucos anos atrás dividido e atrasado, uma grande potência respeitada no concerto das nações e cuja nação na ONU não pode demorar por mais tempo.



A sede de saber é uma das características do povo chinês que despertou para a vida independente, com a vitória da revolução popular. Diferentes aspectos dessa vontade de dominar a técnica moderna e pô-la a serviço de sua pátria, aparecem nas fotos. Uma equipe de moças (ao centro) ouve de uma instrutora conselhos sobre sua especialidade no trabalho agrícola. Na foto acima, moças de diferentes nacionalidades da China cantam suas canções juntamente com uma jovem americana, ao sair de uma escola.

E, por fim, refletindo no rosto o fervor saudável de quem contribui para o bem-estar do povo e a grandeza do país, duas tratoristas manejam a poderosa máquina que vai lavrar os campos e propiciar boas colheitas (Fotos SINGHIA).



DE ALTO A BAIXO — 1. Uma nova ponte de aço, de mais de um quilômetro, surge sobre Yang Tsé e a dezenas de metros de altura do rio trabalha o operário. 2. Moças que concluíram os estudos de topografia, trabalham no levantamento de terrenos. 3. O fundidor de aço de Shangai, numa grande metalúrgica do Estado Popular, melhora a qualidade do aço para a industrialização do país.